

RECENSÕES

ALT, Hans-Peter — ROEPKE, Claus-Jürgen; **Crer hoje. O Credo cristão explicado para a atualidade.** Tradução brasileira do original alemão por Bertholdo Weber, 112 pp., 18,5 x 13,5 cm, Editora Sinodal, São Leopoldo, 1973.

Explicar o Credo para os cristãos de hoje é, sem dúvida, uma tarefa urgente. Basta lembrar as inúmeras tentativas feitas ultimamente. A estas se junta agora o livrinho de Alt e Roepke, que reúne artigos publicados primeiramente num jornal da Igreja Evangélica Luterana da Baviera. Os autores conseguem expor seu pensamento de modo acessível e jornalístico (no sentido mais genuíno da palavra). Uma explicação que estilisticamente constituiria um prazer, não fosse a tradução demasiado escravizada ao original alemão (mesmo erros crassos de gramática e ortografia não são raros).

Ao leitor católico o livrinho agrada por seu espírito ecumênico, respeitoso para com a doutrina e Igreja católicas. Entretanto, o mesmo leitor não pode concordar com diversas posições assumidas pelos autores. Não podendo enumerar todos os pontos passíveis de controvérsia, o recenseador restringe-se a um, bastante central na visão dos autores: a interpretação da onipotência como o atributo fundamental de Deus. Deus poderia, se quisesse, aniquilar a existência de toda criação (19). (E onde fica a "fidelidade" de Deus, atributo, aliás, genuinamente bíblico?) Deus poderia ordenar o imoral, como de fato o teria feito no Antigo Testamento (19). (E

onde ficam a bondade e santidade de Deus?). Raiz dessa atitude é a doutrina de Lutero sobre o "Deus absconditus" (19-20), idéia que volta frequentemente no livrinho: em relação ao mal no mundo (32-34), à cruz (54-55) e ressurreição de Cristo (60).

O recenseador deseja ainda salientiar um problema na expressão da fé trinitária. Desde o início o leitor estranha a ausência de um enfoque trinitário do Credo. Ao notar essa falha na explicação sobre "Deus, o Pai" (os autores tratam sob esse título o problema do mal!), o leitor ainda espera que no fim o trecho intitulado "Três pessoas em um só Deus" (105) preencha a lacuna. Entretanto, já ao ler o artigo do Espírito Santo, é informado de que "a doutrina do Espírito Santo é um tanto abstrata" (80). E isso necessariamente, "por ser uma abstração da vida cristã, uma doutrina — e isto quer dizer: uma teoria" (80). A mesma afirmação sobre o caráter abstrato é depois reforçada e estendida a toda a Trindade: "totalmente abstrato": 106; cf. 109). De fato, os autores parecem não saber bem o que fazer com a Trindade, embora afirmem muito acertadamente: "Esta doutrina [Trindade]... é uma exposição sintetizada daquilo que homens experimentaram com Deus" (108) (e, portanto, — deveriam ter

acrescentado — daquilo que é Deus em si). A explicação do “uno” em Deus a partir da imutabilidade e do “trino” a partir da ação de Deus na história humana (106s) obriga a interpretar a afirmação antes citada numa direção modalista. De fato, os autores expressam-se em termos que lembram essa heresia trinitária (107), embora rejeitem (109) para logo em segui-

da falarem nos “três modos de ser” com que Deus “se volta para o mundo” (109). Toda a exposição sobre a Trindade está bastante confusa e, por isso, não estranha que não tenha podido ser inserida no núcleo da explicação do Credo, mas fique para o final, como uma espécie de apêndice.

Francisco Taborda

MANARANCHE, André: Creio en Jesucristo hoy (Col. Nueva Alianza, 54). Tradução do original francês por J. Viola e P. M. Beraza, 21 x 14 cm, 196 pp., Ediciones Sígueme, Salamanca, 1973.

Retomo na apreciação deste livro o que escrevi sobre a tradução portuguesa (Perspectiva Teológica VI, (1974) n.º 10, 118s).

O conhecido teólogo francês Manaranche, com esta obra, pretende prestar um serviço àqueles que estão à procura da fé, cristãos ou não-cristãos.

Inicialmente o autor nos apresenta, como “questão prévia”, a gênese do ateísmo europeu, com as correspondentes reações por parte das Igrejas.

Para sua reflexão, Manaranche parte de uma colocação do Cardeal Veillot, que a pergunta atual a ser feita pela Igreja não é mais: “Igreja de Jesus Cristo, que dizes de ti mesma?”, mas: “Igreja de Jesus Cristo, que dizes de teu Deus?”. Para tanto elabora o seguinte esquema de reflexão: 1. No mais profundo da vivência cristã. 2. A arte de expressar a fé. 3. Os símbolos da fé. 4. Os riscos da fé.

A fé nos é apresentada como uma experiência pessoal e comunitária: que interessa a todos os homens; que é capaz de se compreender e preocupada em se anunciar.

A época em que vivemos, porém, é de profundo questionamento em todos os setores da vida humana. Ora, a fé, por melhor que a queiramos definir, sempre deixará algo a desejar. Naturalmente, o homem do século XX, ávido de conceitos e definições claras e precisas, entrará

em crise ao se defrontar com o problema da fé. Ali tudo parece confuso. E nessa confusão toda, nada mais imperioso que definir os termos com a maior precisão possível, se é que podemos falar propriamente em precisão.

Esta seria, numa breve síntese, a intenção básica da obra “Creio em Jesus Cristo hoje”, porque — como diz o autor — “o drama da fé hoje em dia é a perda da sua linguagem própria”. E continua — só para citar — referindo-se à experiência dos apóstolos: “Se há um silêncio que é plenitude, existe um outro silêncio que significa impotência e confusão. A teologia do mutismo, que valoriza a presença em prejuízo das palavras, que sonha com uma fé considerada simplesmente como irradiação da caridade, é tentativa estéril; no fim de tudo, caímos no fideísmo, em que Cristo é o sentido de tudo, mas nada pode dizer de fundamental a respeito do que quer que seja, a não ser inspirar, de vez em quando, um clamor “profético”. A Igreja é convidada a refletir cuidadosamente o que deve dizer, e a falar com grande modéstia. No entanto, nunca o condicionamento atual nos deverá fazer esquecer que somos os discípulos de um Verbo que nos enviou, para não ficarmos calados entre as nações, mas para levarmos o Evangelho a toda criatura. Construir a teoria do silêncio, sob pretexto de “teologia

negativa", é reconhecer que estamos atingidos pelo processo da descrença.

Essa foi a experiência dos apóstolos. Não um ato realizado por alguns homens no tempo de Cristo e que devemos unicamente ratificar, pondo-nos de acordo com as primeiras testemunhas e fiando-nos de sua perspicácia; não, nós somos chamados a partilhar no hoje de Deus".

Conclui o autor que a fé não é uma adesão inoperante de um indivíduo com seguro garantido, ao abrigo de qualquer problema, consciência de estar na posse do objeto sagrado de seus sonhos. A fé não é um objeto raro e desconhecido que se adquire e depois de conhecer a propriedade de seus componentes, vê que pode ser útil em alguma ocasião, engaveta-o para que não se deteriore com o decorrer do tempo.

A fé, porém, é uma vocação aceita e não uma interpretação deduzida. Ela não exprime uma situação, mas responde a uma interpe-

lação divina por uma obediência. O homem de fé é "introduzido no mistério do amor de Deus, que o chama a estabelecer relações pessoais com ele em Cristo" (AG. 13).

Portanto, crer em Cristo ontem, hoje e sempre — como diz Manranche — "é algo como assinar em branco, é não admitir cláusulas restritivas". E termina: "Num mundo em que será difícil aderir a Jesus Cristo 'no mesmo sentido e na mesma linha' que os apóstolos, será necessário formar cristãos que se sintam bem em sua pele de crentes na própria diferença que os distingue dos outros, como 'sinais' que realmente querem 'sinalizar'. Se existe uma chance para a Igreja de amanhã, ela aí está, com toda a certeza".

O livro é de fácil manejo. A seqüência dos assuntos desenvolvidos é clara, o que favorece bastante a sua compreensão. Assim sendo, o livro é aconselhado a qualquer pessoa que tenha alguma formação teológica básica.

Celso Schneider

CULLMANN, Oscar: Del evangelio a la formación de la teología cristiana. (Col. "Verdad e Imagen", 31) tradução do original francês por Rafael Silva-Costoyas, pp. 286, 19 x 12 cm, Ediciones SÍGUEME, Salamanca, 1972.

Rafael Silva-Costoyas inicia este livro, apresentando a edição espanhola e ao seu autor, Oscar Cullmann: um dos mais destacados teólogos da teologia protestante, autor de centenas de trabalhos, eminente professor de Estrasburgo, Basileia e da Sorbona, conferencista de meio mundo. Viveu sempre para o espírito, manteve-se na linha da estrita investigação, comprometido como exegeta à busca sincera da verdade, respeitando a liberdade de espírito e de opinião. Cristo, único fundamento da IGREJA, é que deve unir os homens na diversidade.

Os nove capítulos deste livro condensam estudos de trabalhos que Cullmann publicou no decurso de trinta anos. Cifram-se em dois

pontos principais: origem histórica do cristianismo e pensamento do Novo Testamento, ou seja: a evolução que parte das fontes do evangelho desde suas origens longínquas e anteriores à vinda de Cristo até a fixação da teologia cristã.

Os primeiros capítulos descrevem o significado dos textos de Qumran para o estudo do Novo Testamento; focalizam a origem da missão cristã em Samaria e do trabalho intrépido dos primeiros missionários cristãos naquela região semijudia, i. é, dos helenistas, tendo como representante principal a Estevão.

No capítulo quarto estuda exaustivamente 2 Tess 2, 6-7, τὸ κατέχον, o obstáculo que difere a vinda do fim dos tempos e o caráter escatológico do apostolado de Paulo. No

capítulo 7.º estuda o problema intrincado do batismo das crianças e a doutrina bíblica do batismo. Considerado o fundamento do batismo, examina o batismo como agregação ao corpo de Cristo; o batismo e a fé; o batismo e a circuncisão. Os capítulos 6.º e 8.º ocupam-se com temas afins e complementares, relativos à escatologia do Novo Testamento. O católico não poderá, decerto, concordar com

tudo que se afirma nestes dois capítulos. No capítulo final propõe o autor duas meditações bíblicas; sobre I Cor 1, 10-13; I Tess 5, 19-21.

Impressiona a fidelidade do autor ao pensamento dos autores inspirados. A leitura do livro patenteia quanto à exegese sólida eleva a alma a uma fé pessoal na mensagem divina e no Cristo, palavra viva de Deus.

R. A. Br.

KÜNG, Hans: La encarnación de Dios. Introducción al pensamiento de Hegel como prolegómenos para una cristología futura. Tradução do original alemão por Rufino Jimeno. 782 pp., 21,5 x 14 cm, Editorial Herder, Barcelona, 1974.

Nota da Redação: Nosso colaborador L. Bruno Puntel, em sua obra "Darstellung, Methode und Struktur. Untersuchungen zur Einheit der systematischen Philosophie G. W. F. Hegels", Bonn 1973, p. 103, nota 159, fez observações críticas valiosas sobre o livro de Küng desde o ponto de vista filosófico. Desejando pô-las ao alcance do leitor brasileiro, pedimos licença a nosso colaborador para traduzir a referida nota e publicá-la à guisa de recensão. (As páginas indicadas remetem à tradução castelhana; a tradução dos textos de Küng é feita à base da versão castelhana, modificando-a, onde necessário, por maior fidelidade ao original alemão).

O volumoso livro sobre Hegel do teólogo H. Küng ... mostra de forma exemplar quão simplistamente certos teólogos abordam Hegel e quão irrestritamente se entregam então a determinadas interpretações. Küng assume a interpretação e crítica de Hegel, feitas por Ijtin, sem se dar ao trabalho de perguntar pessoalmente sobre o sentido da lógica de Hegel (cf. especialmente 346ss, 357ss). Títulos como "Deus antes do mundo" (333), "Cristo assumido (aufgehoben) no ser" (347), "Cristo assumido no sistema" (376), "Cristo assumido no direito" (397) e semelhantes já

traem a repetição estereotipada e inútil de lugares-comuns mal-entendidos. Küng rejeita uma "aceitação do monismo sistemático do espírito, de Hegel," ou "de sua necessidade ôntica e noética" (603), mas ao mesmo tempo afirma que "o pensamento filosófico de Hegel... demonstrou ser especialmente apropriado... para dar expressão àquela idéia que está presente tanto no Antigo como em o Novo Testamento, e que hoje se pode chamar de historicidade de Deus" (605). Porém justamente neste ponto da "historicidade" de Deus, pode-se mostrar, com toda brevidade, quão pouco Küng penetrou no pensamento de Hegel. No problema da imutabilidade e do devir de Deus, Küng encontra a principal aporia da doutrina sobre Deus e da Cristologia clássicas (96ss). Nessa aporia, sobre a qual se estende muito amplamente, Küng concentra todo o problema. Mas só deixa de fazer uma coisa: não se refere, nem sequer numa alusão, ao que Hegel repetida e penetrantemente afirma e explica sobre a posição e o sentido da categoria do devir. Küng ignora totalmente que a categoria do devir pertence ao âmbito lógico do ser e que esse âmbito é o primeiro, isto é, que só apresenta o "conceito em si" e não o conceito como conceito,

ou dito de outro modo ainda: que neste âmbito o "passar adiante" (der "Fortgang") é só um, "passar exterior" ("äusserliches Übergehen"). (...) Se se interpreta a Encarnação no sentido cristão com categorias desse âmbito lógico, obtém-se só a "definição" mais abstrata, isto é, a explicação mais abstrata do absoluto. Visto historicamente, fica-se no plano da "religião natural", que é para Hegel

"a religião na determinação da imediatidade ou do ser" (Vorlesungen über die Philosophie der Religion. Edição G. Lasson, Leipzig 1925/1929 [reedição Hamburg 1966], vol. II: Die Naturreligion, p. 19 [manuscrito de Hegel, de próprio punho]; (...). Küng praticamente ignora uma função crítica das categorias da lógica objetiva.

L. B. Puntel

GUIMARÃES, Almiro Ribeiro (editor): *O Espírito Santo. Pessoa, presença, atuação.* 160 pp., 21 x 14 cm, Ed. Vozes Ltda., Petrópolis 1973.

Este livro, que reúne dez artigos sobre o tema, publicados na revista *Grande Sinal* em 1972, exemplifica claramente quão difícil é falar sobre o Espírito Santo (=ES) e sobre a Trindade. A recensão ocupar-se-á especialmente com esse aspecto da obra.

Já na apresentação o leitor é informado de que se falará também das "suas relações (do ES) com a Santíssima Trindade" (7, sublinhado pelo recenseador). Pode o ES relacionar-se com a Trindade, como se não fosse "um da Trindade"? Mas a expressão poderá ter sido apenas um "lapsus calami". Muito mais sério é o problema de como o ES deve ser entendido, quando se fala de terceira pessoa da Trindade. Antes de procurar seu caráter "pessoal" nas palavras da Escritura, seria necessário refletir sobre o que significa "pessoa", quando o termo é usado em dogma trinitário. A confusão entre "pessoa" no sentido hodierno corrente e "pessoa" na Trindade chama a atenção do leitor em vários artigos. Assim, A. R. Guimarães pergunta, em seu artigo (59-66), se o ES no Antigo Testamento é uma hipótese, respondendo negativamente: não é "nem no sentido escolástico, isto é, um ser individual de natureza espiritual, intelectual, nem no sentido semítico, ou seja, alguém que possui seus próprios direitos e age de modo independente" (65). Ora, a definição escolástica, en-

quanto quer ser aplicada à Trindade, está pelo menos incompleta. S. Tomás, por exemplo, depois de aceitar essa definição como ponto de partida (cf. S. Th. I q. 29, a. 1), notará que se trata de uma analogia (a. 3) e precisará a definição, identificando "pessoa" na Trindade com relação (a. 4). Sem maiores precisões, a definição dada por Guimarães não parece poder ser usado do ES como "pessoa", sem perigo de tritismo. — Quanto à definição "semítica", o recenseador pergunta se o individualismo subjacente a ela é, de fato, próprio da mentalidade semítica e não antes da capitalista.

M. Giuliani ("O ES no Novo Testamento", 67-86) inverte o próprio caminho da revelação bíblica do dogma trinitário. Escreve: "Paulo não fala do Espírito apenas para revelar o mistério de sua personalidade divina, mas em função de sua atividade santificadora..." (84-85). A perspectiva histórica é exatamente a inversa: S. Paulo fala da função do ES, a partir da qual a Igreja poderá reconhecer posteriormente o que se chamou de "pessoalidade" do ES. Não tendo observado isso, Giuliani vai encontrar a "personalidade" do ES configurada na Escritura, porque se lhe atribuem ações como o "falar" (cf. 72; também Guimarães, seguindo H. Cazelles: 66), "vir", "ficar", "permanecer", "ouvir" (72), "murmurar" aos ouvidos e ao cora-

ção" (77), etc., ou porque S. Paulo atribui certos efeitos e propriedades ora ao Espírito ora a Cristo (82s). Esse tipo de argumentação "bíblica", introduzido pela neo-escolástica, é produto da equiparação do conceito de "pessoa" (no sentido moderno) com o conceito em teologia trinitária.

A necessidade de um trabalho prévio de aclaração do termo: "pessoa" com relação ao ES também se faz notar no artigo de B. Kloppenburg, "O ES na Santíssima Trindade" (87-93). A ausência desse esclarecimento faz com que o autor use um processo muito simplista para encontrar a "pessoalidade" do ES afirmada na Escritura. Suas "provas escriturísticas" não se distinguem das que se encontram em bons tratados neo-escolásticos. A grande falta é não considerar o caráter histórico-literário dos Livros Sagrados, o que, desculpável no teólogo dogmático, é imperdoável em quem escreve expressamente uma teologia bíblica do ES. Tal é o caso, no entanto, dos dois artigos citados anteriormente (principalmente o segundo), que não primam pelo rigor exegetico. O mesmo vale do artigo de A. Beckäuser, a ser comentado mais adiante. Pelo contrário, exegeticamente bem, está a segunda parte do artigo de E. Bettencourt, "Carismas e Espírito Santo" (94-107), embora a colocação do problema na primeira parte deixe a desejar por sua preocupação escolástica.

A falta de precisão em teologia trinitária é, no entanto, o ponto crítico da maioria dos artigos. R. Cintra em "A ação do ES nas religiões não-cristãs" (31-44) (sobre o qual no fim o leitor pergunta por que esse título, já que da ação do ES se percebe bem pouco), escreve: "A obra da salvação do homem se realiza de maneira conjunta pelas três pessoas da Trindade. E só aos poucos que se vai delineando a teoria das 'apropriações' ou atribuições de intervenções especiais a esta ou aquela pessoa em particular" (35). A expressão "de maneira conjunta" é ambígua, principalmente se se

considera a frase seguinte, onde o autor fala do surgimento da teoria das "apropriações" e dá assim a entender que "de maneira conjunta" significa "indiferenciadamente". Também a explicação de "apropriação" é demasiado vaga, pois, se não se diz que o ato de atribuir é só atribuição e, na realidade, a ação é das três pessoas "em conjunto", pode ter-se a impressão de que só posteriormente na história se chegou a considerar as intervenções divinas diferenciadamente como ação desta ou daquela "pessoa", quando na realidade tal é a visão neotestamentária e patristica (grega pré-nicena, pelo menos) (cf. também 35 embaixo, 41).

Também os artigos de L. Boff ("A Igreja, Sacramento do ES", 108-125; "A era do ES", 145-157) não estão isentos de problemas em sua teologia trinitária. Abstraindo do lapso de atribuir o "filioque" ao Concílio de Constantinopla (114) e mais tarde remeter ao Florentino (118: D 704, não DS; por que não antes a Lyon II, DS 850?), Boff tem uma estranha formulação sobre Jesus e o ES: Jesus "é o Espírito em forma humana" (150; cf. 115, citando Tyrrell). A expressão é, pelo menos, infeliz e ambígua (embara o contexto de certo modo a salve), pois imediatamente surge a questão da distinção entre Cristo e o ES. Desvirtuada essa diferença, desaparece a própria possibilidade de falar da Trindade, pois a Trindade econômica é a imanente e vice-versa. — Boff aborda, entre outros temas, a ação do ES nos pagãos (149), o que está na mais lídima tradição católica: já os apologistas do século II o faziam. Mas, como não distingue na religiosidade e filosofia pagãs o que é do ES e o que é deturpação (produto da "esclerocárdia" do pecador: Rom 1), não parece suficiente o que estabelece como característico e específico da "era do ES" (150). Por que os homens antes de Cristo não se "deram conta" (150) do ES? Como Boff fala, não se nota suficientemente o caráter de fato histórico da ação do ES. O ES torna-se uma grandeza metafísica e o

problema é saber por que então Cristo, por que Igreja visível (123: a expressão "não há 'fora' da Igreja" mereceria esclarecimentos ulteriores para evitar confusões, principalmente em se tratando de artigo de divulgação). — Apesar dessas observações críticas, o primeiro artigo de Boff pode ser lido com proveito. No segundo artigo é interessante o que diz do "pentecostalismo católico" (154-156).

O artigo de A. Beckhäuser sobre "Teologia e espiritualidade do Sacramento da Confirmação" (126-144) é um exemplo de que não menos difícil do que falar do ES, é dissertar sobre o "sacramento do ES" e fazer uma teologia da confirmação que não se sustente sobre a fraqueza do batismo. Tendo visto claramente o problema (130) e indicando boas pistas de solução (136: batismo-crisma = Páscoa-Pentecostes), o autor não as leva até o fim. Reduzir o batismo ao aspecto estático do ser cristão (137) é uma desqualificação injustificada do primeiro sacramento para poder dar sentido ao segundo. Na terceira parte do artigo (137-144), o autor oferece uma descrição sucinta do novo rito da confirmação com observações pastorais dignas de menção.

Pelo menos a quem está acostu-

mado a pensar dentro da tradição ocidental, o artigo de H. Harada, "Espírito e liberdade" (45-58), deixa perplexo: sua linguagem quer ainda transmitir algum conteúdo ou deseja ser apenas uma brincadeira ("a tagarelice do discurso" — cf. 45), tão sem gosto como as etimologias arbitrarias que parecem parte integrante da mesma "tagarelice"?

Enfim, aqui temos uma obra de divulgação, onde a maioria dos artigos deixa a desejar por falta de precisão, justamente no tema que quer explicar. O caráter de divulgação não justifica a falta, antes a torna mais grave. Dentro desse conjunto, salienta-se por contraste o magnífico artigo de H. C. de L. Vaz (na capa o nome está errado!): "O Espírito e o mundo" (9-30), onde o filósofo mineiro, numa análise histórica da linguagem sobre mundo e Espírito em sua mútua relação, procura localizar qual a mediação para falar sobre o Espírito no horizonte da mundividência contemporânea, concluindo por "uma espiritualidade da invenção da ordem: uma espiritualidade da Presença ativa (pela mediação da atividade do homem) do Espírito no mundo" (30). Só por este artigo já valeria o volume.

Francisco Taborda

PANOVA, Vera: Serginho. Algumas histórias de um menino pequeníssimo, tradução do original russo por V. Joshua Soares, revisão estilística de Janette de Abreu Soares, 136 pp., 21 x 14 cm, Edições Loyola, São Paulo, 1974.

Depois de "O Pequeno Príncipe" e "O Menino do Dedo Verde", mais uma obra do mesmo gênero se torna acessível ao público brasileiro. Desta vez é a Rússia soviética que nos brinda com "Serginho". Um livro infantil que os adultos apreciarão não só pela curiosidade de nos transmitir uma parcela da vida diária de uma aldeia soviética, mas pelos valores humanos de que é portador. Em primeiro lugar, saliente-se a sensibilidade psicológica da obra. As reações de Serginho frente ao mundo de seus amigos

como ao mundo dos "grandes" dizem da agudeza e penetração psicológica da autora. O episódio da bicicleta (36-43) e a admiração frente ao tio de Vaska (82-95) são apenas dois exemplos da maestria com que a autora interpreta as reações infantis. Mas é principalmente a dimensão profunda da existência humana, antes sugerida do que explicitada, o aspecto que mais equipara "Serginho" a seus êmulos franceses, "O Pequeno Príncipe" e "O Menino do Dedo Verde". Sob este ponto de vista, observe-se

a figura do Korostellóv, o padrasto que, mais que padrasto, é pai modelar. Korostellóv, o pedagogo exemplar, poderoso e compreensivo, forte e extremamente bondoso, não será a expressão do desejo de Deus, mesmo neste livro escrito por autora comunista, retratando uma sociedade onde a religião é relegada ao nível dos costumes exóticos e desusados de uma velha ignorante (tia Pacha)? Na opinião do recensor é frente ao problema da morte que a alusão se torna mais clara, quase cristalina. O enterro da bisavó (59-67) impressiona profundamente a Serginho, especialmente por ter ouvido tia Tóssia dizer: "Todos nós vamos para lá" (65). Mas Serginho não quer ir, "...aquilo [o esquife] era comprido, apavorante no frio e no cheiro de terra" (66). A sua pergunta insistente Korostellóv garante, com não menos insistência, que Serginho, especialmente ele, jamais morrerá. "Serginho imediatamente sentiu-se aliviado e muito bem. De tanta alegria ficou vermelho, vermelhinho como uma papoula e começou a rir.

[...] Não tinha a menor dúvida de que Korostellóv tinha dito a verdade: como poderia viver sabendo que vai morrer? E poderia não acreditar naquele que disse: você não vai morrer?" (67). Essa página abre às atitudes de Korostellóv uma perspectiva de transcendência. A simpatia e o amor que desperta esse padrasto, verdadeiro pai adotivo, será ainda um resquício da alma cristã russa, palpitante sob as cinzas do ateísmo soviético? Não deixa de ser significativo que Vera Panova, autora elogiada pela História da Literatura Russa Soviética, editada pela Academia de Ciências da URSS, tenha publicado também uma espécie de "Flos Sanctorum" da Rússia Medieval (cf. p. 9).

Enfim, uma obra que se lê com prazer e proveito, humana, profunda, de simplicidade infantil. Como Etienne Saint-Exupéry e Maurice Druhon, Vera Panova teria merecido um tradutor à altura de D. Marcos Barbosa. Lástima que não o tenha encontrado.

Francisco Taborda

FAYNEL, Paul — *La Iglesia*, tradução do original francês por J. A. Pombo. (Col. El Misterio Cristiano, n.ºs. 15 e 16), vol. I, 380 pp., vol. II, 308 pp., 14 x 21 cm, Editorial Herder, Barcelona, Espanha, 1974.

Uma Ecclesiológia completa após o Vaticano II. É esse o conteúdo deste livro, que segue, nas suas linhas gerais, o esquema da conhecida coleção "O Mistério Cristão". Começa, portanto, por nos apresentar a revelação do mistério da Igreja, na sua dupla vertente da Escritura e da Tadição. É a parte escriturística a melhor e mais amplamente desenvolvida. Nela vemos a união íntima e a concatenação entre as idéias do Antigo e do Novo Testamentos. Vamos assim percebendo como a revelação assumiu o ritmo da história da salvação. Mas só em Cristo é que essa história atinge o seu sentido definitivo e é a partir de Pentecostes quando esse sentido começa a ser percebido consciente e expli-

citamente. Por isso, FAYNEL desenvolve com maior cuidado a problemática do Reino — reveladora da missão de Jesus na terra — e as ecclesiologias paulina e joânica — testemunhas da nascente consciência da Igreja.

A tradição e o desenvolvimento doutrinário através dos tempos, até os nossos dias, ocupam a segunda seção da primeira parte do livro. Nela se manifesta o grande poder de síntese de FAYNEL, mas também as limitações dos argumentos "clássicos" da Patrística e da ciência teológica. É praticamente impossível resumir em oitenta páginas tudo quanto foi escrito em vinte séculos de literatura cristã sobre a Igreja. Mas essa seção pode ser um grande estímulo para

que os estudantes procurem diretamente as fontes do saber cristão.

A segunda parte do livro, de caráter dogmático, apresenta-nos Igreja na perspectiva da atual reflexão teológica. Como não podia ser menos, após o Vaticano II, o conceito fundamental que percorre toda esta parte é o do mistério: mistério de comunhão, em Cristo, com a vida divina. Esse conceito é desenvolvido na tríplice imagem do novo povo de Deus, da esposa e do corpo de Cristo. Estranhei, porém, a pouca atenção que o autor parece ter dado à idéia da Igreja como sacramento universal da salvação, que só aparece, mais adiante, em relação à missão da Igreja, e não diretamente em relação ao seu ser.

Só depois de estudar esse ser fundamental, é que FAYNEL se ocupa com o caráter institucional, visível e hierárquico da Igreja, me-

diante um resumo claro, mas um tanto breve, sobretudo na análise exegética dos textos que fundamentam a hierarquia apostólica e o primado de Pedro.

Finalmente, numa segunda seção dessa parte dogmática, o autor analisa a missão católica da Igreja. É aí onde ele enquadra as notas ou características da Igreja, assim como as suas funções e poderes. Bastante interessante é o capítulo dedicado às relações da Igreja com os valores e as instituições temporais, com uma excelente perspectiva histórica do relacionamento Igreja-Estado. Mas talvez falte aqui um maior aprofundamento das idéias contidas na "Gaudium et Spes".

A doutrina exposta é segura e clara. O livro pode servir como texto básico para o ensino da Eclesiologia. A sua bibliografia é rica e escolhida.

J. Hortal, S. J.

GREGORY, Pe. Afonso e outros — Comunidades eclesiais de base. Utopia ou realidade (Col. Pastoral, n.º 1), 182 pp., 13 x 22 cm, CERIS, Rio de Janeiro, e Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1973.

É muito o que se tem falado e escrito sobre comunidade eclesial de base (CEB) nos últimos anos. Faltava, porém, um trabalho de conjunto, em português, com dados atuais sobre a realidade brasileira. Este livro tentou preencher essa lacuna.

O primeiro estudo, de M. Bévenot, descreve, baseado nos textos sagrados, como os primeiros cristãos viviam em comunidades, e estritamente unidos entre si. O segundo estudo, da autoria de Luis Leñero Otero, nos mostra a evolução dessas comunidades cristãs através da história, até os nossos dias, com a preponderância cada vez maior do aspecto institucional. A dupla dimensão da Igreja — comunitária e institucional — gera uma tensão dialética que percorre todos os tempos da Igreja, com uma nova ascensão do primeiro aspecto na nossa época.

O livro em questão focaliza então o problema das comunidades nos nossos dias, num tríplice aspecto: sociológico, teológico e pastoral. Afonso Gregory nos apresenta uma pesquisa original sobre as Comunidades Eclesiais de Base, especialmente sobre a eclesialidade das suas experiências. Embora se trate apenas de uma pesquisa exploratória, o trabalho de Gregory tem o mérito de mostrar a complexidade do fenômeno comunitário, atualmente em andamento dentro da Igreja do Brasil.

O quarto estudo, de Jacqueline Scherer, trata das comunidades contemporâneas dentro de uma perspectiva sociológica, mostrando como a forma comunitária é uma tentativa modesta de renovação e de canalização de esforços para as grandes preocupações humanas.

O quinto estudo, do famoso Pe. Congar, O. P., trata dos aspectos

teológicos das comunidades cristãs. Segundo o conhecido teólogo, o ponto central está numa reinvenção da Igreja que se faz, ao mesmo tempo, nela e fora de seus organismos instituídos. Essa ambivalência do fenómeno permite a análise dos pontos positivos e negativos dos pequenos grupos e a abordagem da grave questão de uma nova eclesiologia.

O sexto trabalho, da professora Jana Lima Bandeira, que encabeça uma parte prática do livro, nos fala do método de Desenvolvimento de Comunidade, caracterizado pela participação das pessoas que serão beneficiadas pela ação.

O sétimo estudo — "Processo para uma comunidade cristã urbana" — é da autoria do Pe. José Comblin e aborda aspectos pastorais do problema. A sua idéia central é um modelo novo de pastoral

urbana, preconizando uma reforma total das atuais estruturas.

O último trabalho recolhido no livro é uma transcrição das passagens dos documentos de Medellín que se referem ao tema das Comunidades de Base, sem nenhum resumo ou comentário.

Embora um tanto desigual nos diversos trabalhos que a compõem, a obra que estamos a examinar se apresenta como uma contribuição válida para o estudo do fenómeno tão atual das comunidades de base, sobre o qual tantas vezes se fala sem as necessárias bases sociológica e teológica. Teria sido interessante incluir algum depoimento mais extenso daqueles que, sem teorizar, vivem a experiência comunitária, sem esquecer esses núcleos fundamentais que são as comunidades religiosas.

J. Hortal, S. J.

PANNENBERG, Wolfhart, *Fundamentos de Cristologia*, tradução do original alemão por Joan Leita, 512 pp., 22 x 13,5 cm, Ediciones Sigueme, Salamanca (Espanha), 1974.

A cristologia de Pannenberg já pode ser considerada uma obra teológica clássica do século XX, de forma que só se pode aplaudir sua aparição em língua castelhana, tornando-se mais acessível ao mundo teológico de línguas hispano-lusitanas. A tradução castelhana é precedida de um prólogo da autoria de José Ignacio González Faus (9-18), que introduz de maneira inteligente na obra de Pannenberg. No final, um apêndice, assinado por Ricardo Blásquez (504-506), explica termos fundamentais da teologia de Pannenberg.

Tratando-se de obra tão conhecida e discutida, cuja primeira edição data de 1964, com quatro edições na língua original e traduções em várias línguas, a recensão deve restringir-se a poucos pontos centrais, omitindo a discussão das teses (mesmo mais fundamentais), pois tal tarefa seria, a esta altura, antes própria para um amplo artigo.

A cristologia de Pannenberg está centrada sobre a ressurreição de Cristo, vista como o acontecimento revelador por excelência. A partir da ressurreição, que Pannenberg vê intimamente unida à vida e pregação de Jesus, como sua confirmação da parte de Deus, o teólogo protestante alemão constrói sua cristologia "desde baixo", isto é, desde a história (em oposição a uma cristologia "desde cima" que partisse do Logos imanente que se encarna).

A cristologia de Pannenberg é, em linhas gerais, um dos esboços cristológicos mais felizes de nosso tempo. Justamente um teólogo católico pode reconhecê-lo, pois Pannenberg supera, por sua preocupação especulativa e pelo que se poderia chamar sua perspectiva "teológico-fundamental", a tendência protestante a estabelecer um hiato entre razão e fé. Entretanto, embora os limites desta recensão não permitam discuti-los, apresenta posições inaceitáveis ao

teólogo católico como, por exemplo, no que diz respeito à Mariologia (178-186).

Teria sido de desejar que a tradução castelhana, aparecida dez anos depois da primeira edição alemã, tivesse indicado, em notas do tradutor ou em apêndice, a evolução posterior do pensamento do autor. Preenchendo parcialmente essa lacuna, o recenseador deseja mostrar um ponto em que Pannenberg modificou seu pensamento, senão nas linhas gerais, contudo em pormenores. No livro que está sendo recenseado, Pannenberg interpreta a morte de Cristo como "castigo representativo" (303-347). O título alemão fala de "stellvertretendes Strafleiden" (Grundzüge der Christologie, Gütersloh, 1972, 4. ed., pp. 251-288). A tradução castelhana não é bem exata (nem a língua castelhana ou portuguesa permitiria mais exatidão!). O alemão contém, além da palavra "castigo", também a palavra "sofrimento" unidas numa só: sofrimento por castigo. Esse sofrimento por castigo tem caráter "representativo" (palavra igualmente bastante inócua para traduzir o original). Talvez se devesse falar mais exatamente em "vicariedade", isto é: no sofrimento com que Cristo foi castigado, ele faz as vezes de outros, substitui a outros (Israel e a humanidade). Isto significa para Pannenberg o seguinte: Jesus foi condenado à morte como blasfemo por sua reivindicação de poder divino. A ressurreição, manifestando a conformação de Deus para a vida e morte de Jesus, desmascarou a justiça da lei que condenara Jesus, revelando-a como blasfêmia (320-321). Os verdadeiros blasfemos foram, portanto, os que condenaram a Jesus. Com isso, a morte de Cristo, iluminada por sua ressurreição, abole a lei e, portanto, a religião de Israel (315). Os judeus condenam a Jesus como representantes da humanidade, porque a lei pela qual Cristo é julgado, expressa a conexão de pecado e morte, que em si é universalmente válida (324). A vicariedade da morte de Cristo para toda a humanidade,

Pannenberg a estabelece assim indiretamente e não pelo fato de Jesus ter sido julgado por Pilatos, pois o julzo deste não foi motivado pela própria pretensão de Jesus, mas dependia de calúnias (322).

Posteriormente, numa obra de divulgação, "Das Glaubensbekenntnis ausgelegt und verantwortet vor den Fragen der Gegenwart" (Hamburg 1972), Pannenberg modifica sua posição e chama explicitamente à atenção para o fato de que a morte de Cristo não abole a religião de Israel, mas a lei (cf. Glaubensbekenntnis, p. 6). Pannenberg repete o raciocínio sobre a vicariedade da morte de Cristo e explica: "...justamente pelo fato de seus juízes... terem agido como autoridades de seu povo, a força vicária da morte de Cristo na cruz se estende para além de seu círculo a todo o povo e até a toda a humanidade, já que o povo judeu como povo eleito de Deus está diante de Deus por toda a humanidade" (Glaubensbekenntnis, p. 92). A vicariedade da morte de Cristo para todos os homens será, além disso, fundamentada também na participação de Pilatos no processo de Jesus: O Procurador Romano condenou-o por "crime de lesa majestade". A ressurreição deu razão a Jesus numa instância judicial superior (a de Deus). Com isso, Pilatos desmascarou-se como o verdadeiro ofensor da majestade (de Deus). E nele todo o Império Romano (ou seja: a humanidade) (cf. Glaubensbekenntnis, p. 93-94). Pannenberg acentua ainda que não basta estabelecer a possibilidade de um "sofrimento vicário". Ele só é possível com referência a Jesus, porque este pregara o perdão de Deus para quem o aceitasse e a sua mensagem (cf. Glaubensbekenntnis, p. 94).

A interpretação teológica da morte de Cristo, assim brevemente delineada, mostra também como Pannenberg apresenta intuições sumamente interessantes, mas que devem ser assumidas com espírito crítico. O acento no castigo, por exemplo, é tipicamente herança luterana.

Francisco Taborda

MAERTENS, Jean-Thierry: *Los grupos pequeños y el futuro de la iglesia*. (Col. Nueva Alianza, 51). Tradução do original francês por Leopoldo Márquez, 21 x 13 cm, 200 pp., Ediciones Sigueme, Salamanca, 1973.

Como o título indica, aí está um livro que oportuniza uma reflexão sobre o fenômeno "pequenos grupos". O primeiro capítulo, apresenta uma reflexão cultural, mostrando a ambigüidade da cultura, no jogo da memória ao projeto, passando pela experiência da distância. A cultura existe por causa da memória e do projeto, sempre pervadidos pela força da distância. Como o livro se interessa particularmente pelos "pequenos grupos" religiosos, lança uma pergunta: A revelação é algo mais que memória? (p. 24). A revelação, enquanto "humanizada", é objeto cultural. Por conseguinte, seu equilíbrio entre memória e distância será sempre dialético (p. 25). Por isso, não caberá a mera repetição. A experiência dos "pequenos grupos" religiosos fica culturalmente justificada, sem desconexão com as origens, mas sem sua redução a elas. Para o autor é na experiência dos "pequenos grupos" que se medeia a pertinência à sociedade (p. 31) e por conseguinte à "societas ecclesiastica" também. Isto, se quisermos que a Igreja seja uma comunidade de homens. No segundo capítulo, a análise assume o enfoque sociológico, mostrando a passagem de uma sociedade rural a uma sociedade urbana, com as conseqüentes mudanças que uma análise sociológica já tematizou. Analisa, em continuidade ao cap. I, a dialética do "dado" e do projeto, afirmando que a negação desta dinâmica é a própria negação do real-humano (p. 36). Devido à superação dos "controles" imediatos (numa sociedade rural), torna-se imperiosa a necessidade de transformar princípios em imperativos, porque o homem não vive em função de princípios, mas a partir de imperativos (p. 58-59). Neste nível da "constituição" da vida "humana" é que radica a pertinência e importância dos "pequenos grupos" para esta investi-

gação, mantida na primariedade, mesclada na secundariedade de uma sociedade urbana. Porque, para o autor, o grande problema não é o progresso desta sociedade, mas a criação de uma linguagem apropriadora e portadora de sentido a este progresso (p. 60). De novo o "pequeno grupo" tem a sua incidência. Faz uma comparação entre este tipo de "grupo" e a paróquia tradicional, analisando-lhe a origem e "progresso", mostrando a morte de sua ideiação original quando veiculada pela sociedade urbana (p. 72-73). No cap. 3, a análise é de cunho psicológico, definindo estes tipos de grupos, sua dinâmica de integração pessoal, de comunicação, de funções, de intercomunhão, com o papel "novo" do sacerdote aí dentro. Para o autor, a Igreja precisa de outras formas de comunhão, se é que ela quer responder às exigências da fé no mundo moderno e às necessidades da "conscientização" em uma civilização urbana (p. 78). Por isso a Igreja deve deixar de preocupar-se com salvar a sua instituição para tornar-se a veiculação da salvação do povo (p. 81). Para o autor, a experiência de "pequenos grupos" faculta um diálogo simétrico e transdialógico, já inexistente em nossa civilização e nas Igrejas paroquiais, puramente burocráticas, por exigência de um novo estatuto cultural. No cap. 4, vêm as perguntas deste tipo: condições para que tais grupos sejam Igreja, etc.? (p. 129). Fica claro que a Igreja local não é uma parcela da Igreja Universal, mas que ela mesma é a Igreja (p. 130). Se a Igreja é universal, não o é em razões de suas instituições universais e internacionais, mas porque é o sinal de que Deus reuniu todos os homens, e ela é local, porque este mistério universal só se manifesta na eucaristia que se celebra sempre "hic et nunc" (p. 131). Daí que a pergunta não cabe da pertinência, mas da

vivência de Igreja. Não se pertence à Igreja, com se ela estivesse pronta em algum espaço, e o povo a ela acesse, pedindo a sua ficha de inscrição. Mas a Igreja é este povo, reunido em torno do mesmo Senhor que convoca. Portanto, os "pequenos grupos" são na civilização urbana a possibilidade da Igreja, e cabe, como já é notoriamente propalado, uma redefinição dos ministérios nesta nova fase cultural. Para o autor, a Igreja, como organização, deverá manter a sua "forma" institucional, secundária, mas não poderá, sob pena de autotração, reprimir e impedir os grupos pequenos. E correrá o risco de sua ameaça, de sua "profecia", de sua "crítica", porque então ela terá chance de ser viva, e viver a dialética analisada no cap. I. Por conseguinte, os pequenos grupos são o espaço de conscientização da Fé (p. 159-160). No último capítulo, é o problema da criatividade destes grupos em relação com a Instituição "morta na memória". Apresenta um do-

cumento discutido em Roma, e altamente "medroso", porque o "pequeno grupo" desarranja a segurança da instituição, embora não a destrua. Retoma a dialética do "dado" e projeto, da memória e distância, e reclama dinamicidade para a Igreja, a fim de não se identificar com os mecanismos que regem as estruturas sociais de uma civilização urbana. E conclui que a Igreja está onde alguns se acham reunidos em torno de sua fé e de sua pertinência à cidade ao mesmo tempo. Nesta altura, se serve muito das posturas, se bem que rapidamente citadas, de Comblin em Teologia da Cidade. Um livro importante para os pastoralistas, para os homens que não se contentem mais com as formas tradicionais de "evangelização" e que já sentem na pele o seu fracasso. O livro é sério, enquanto traz elementos sociológicos, como explicação da emergência deste fenômeno, obrigando a encarnação do Verbo (portanto da Igreja) a ser coerente.

José Martins Carvalho

TRASERRA, Jaime — *La tutela de los derechos subjetivos frente a la administración eclesiástica* (Coletânea San Paciano, n.º 18), 204 pp., 16 x 22 cm, Facultad de Teología de Barcelona — Editorial Herder, S. A., Barcelona, 1972.

Esta obra é uma tese doutoral dedicada ao estudo de um tema bastante desconhecido e que ganhou nova atualidade com a Constituição Regimini Ecclesiae Universae, de Paulo VI, em virtude da qual foi criada uma seção especial da Assinatura Apostólica, encarregada da solução dos conflitos surgidos entre os direitos dos fiéis e as autoridades eclesásticas.

Como é comum nesta classe de trabalhos, o autor escolheu uma perspectiva histórica (desde Pio VII até Paulo VI). Num capítulo preliminar, dá-nos um estudo de Direito comparado histórico, vendo a evolução da justiça administrativa nos diversos Estados e a sua aplicação inicial aos Estados pontifícios, a partir de Gregório XVI.

Entrando depois no tema específico da tese, analisa os dois grandes sistemas que vigoraram na legislação canônica: o da "apelação extrajudicial" (mas que, na realidade, tinha caráter judiciário) e o do recurso hierárquico, introduzido, este último, pela Constituição Sapiienti Consilio, de Pio X. Tanto em relação a um como ao outro sistema, TRASERRA estuda, com base numa laboriosa pesquisa, a jurisprudência e a doutrina. É muito interessante o exame que ele faz dos fundamentos jurídicos — o *in iure* — das sentenças da Rota. Daí deduz o porque de certas interpretações que acabaram fechando, na prática, após a promulgação do Código de Direito Canônico, o recurso contencioso contra as decisões administrativas dos bispos.

O estudo se fecha precisamente perante a atual legislação, com o seu reconhecimento da dupla jurisdição na Igreja, que aperfeiçoa as garantias oferecidas aos fiéis para a defesa dos seus direitos, Creio que teria sido interessante traçar, pelo menos à maneira de apêndice, um quadro esquemático da nova problemática, apenas apontada no prólogo do Pe. Ignacio Gordon. O estudo histórico de

TRASERRA é quase perfeito, mas sem uma projeção sobre o presente fica, ao meu ver, incompleto, precisamente num campo onde a ignorância dos mecanismos legais existentes pode conduzir a numerosas injustiças. Esperamos que, num estudo posterior, o mesmo autor nos apresente a complementação da pesquisa que soube realizar com tanta competência.

J. Hortal, S. J.

RAMALLO, Valentín, S. I. — *El Derecho y el Misterio de la Iglesia* (Analecta Gregoriana, vol. 190) XV + 476 pp., 16 x 23,5 cm, Università Gregoriana Editrice, Roma 1972.

O antijuridismo, comum na Igreja católica na época pós-conciliar, teve também um aspecto positivo. Obrigou a um repensamento da categoria do jurídico dentro da Igreja. Estávamos acostumados demais às fáceis afirmações do caráter "perfeito" da sociedade eclesial e a aplicar a ela tudo quanto fora previamente pensado do Estado. Ou também a marcar simplesmente as diferenças extrínsecas. Urgia a criação de uma verdadeira Teoria Geral do Direito Canônico. É exatamente essa a tarefa que RAMALLO se impôs e da qual cremos que se saiu vitorioso. Partindo do "fato" da expressão jurídica da Igreja, o autor tenta investigar as suas "condições de possibilidade". Por isso, contra o que é comum nas teses doutorais — esta obra é uma delas —, não se trata de um tratado histórico, mas de uma reflexão filosófica sobre o fato preexistente, cujas conclusões vão sendo, posteriormente, testadas no desenvolvimento histórico das instituições e da legislação.

O primeiro capítulo apresenta alguns pressupostos teológicos, ou mais exatamente eclesiológicos, de modo breve, conciso. O capítulo segundo nos fala daquilo que o autor acha ser o método específico do Direito Canônico ou a condição básica "a priori" da sua existência, quer dizer da sua intelecção e do seu desenvolvimento. O Direito canônico, em virtude do princípio

de analogia, apresenta-se como uma unidade real na dualidade conceitual do "direito" e do "canônico". Daí se derivam algumas das suas peculiaridades, que são estudadas nos capítulos terceiro ("O Direito Canônico como Direito") e quarto ("O Direito Canônico como Canônico"). De modo específico, são focalizados os problemas do relacionamento entre lei e liberdade, e entre foro interno e foro externo. Corajoso o enfrentamento de RAMALLO com o Direito penal canônico, reduzindo-o aos seus justos limites, mas sem pretender uma Igreja pura, onde as sanções fossem desnecessárias, porque essa Igreja seria irreal. É esta a parte do livro que mais me empolgou durante a leitura. Os capítulos quinto e sexto apresentam as linhas segundo as quais deveria processar-se o desenvolvimento e a sempre necessária reforma do Direito Canônico: a partir do sacramento e com abertura para o carisma. Ambos encontram a sua unidade e justificativa no próprio mistério da Igreja.

O livro é uma das mais válidas investigações que temos lido nos últimos anos. As vezes, resulta um tanto difuso e repetitivo. Mas é sempre claro e convincente. O jurídico encontra nele o lugar autêntico (não exagerado) que lhe corresponde na Igreja.

J. Hortal, S. J.

DE LA BROSSE, Olivier — HENRY, Antonin-Marie — ROUILLARD, Philippe (ed.): *Diccionario del Cristianismo*, tradução do original francês por Alejandro Estéban Lator Ros, adaptação de P. Gestí e C. Serramiá, 1.102 pp., 22 x 14,5 cm, Editorial Herder, Barcelona (Espanha), 1974.

Com este dicionário a Herder de Barcelona oferece ao público mais uma obra de consulta, cuja utilidade para estudantes de teologia, leigos, religiosos e religiosas está fora de toda dúvida.

O dicionário compõe-se de dois livros. O primeiro leva o título "As Palavras" (17-814) e consta de 6.000 verbetes com temas bíblicos e exegéticos, patristicos, litúrgicos, teológicos, filosóficos, de espiritualidade e direito canônico, de psicologia e psicanálise, de economia e sociologia. Igualmente nomes próprios enriquecem a primeira parte do dicionário. A ordem dos verbetes é alfabética e lógica, sendo cada palavra tratada depois da palavra principal a que está relacionada, mas constando também no respectivo lugar em ordem alfabética. Assim, ao verbete "Cristo", por exemplo, seguem-se, entre outros, os termos "Cristãos", "Paleocristão", "Não-cristãos", "Cristico", "Khristotokos" (A transliteração da vigésima segunda letra do alfabeto grego é inusitada, mas lógica, pois se trata de um "k" aspirado. Em todo o caso, antes de consoante é preferível à transliteração pelo "j" castelhano), "Descristianização", "Anticristo", "Crisma (santo)" etc. Cada termo é explicado brevemente.

A segunda parte do dicionário intitula-se "A História" (815-1101) e consta de 17 quadros cronológicos ou sinóticos, agrupados sob quatro grandes temas: "A vida da Igreja" (I-IV), "Os enunciados da fé" (V-XII), "A Igreja frente ao mundo" (XIII-XIV), "As religiões do mundo" (XV-XVII). Os quadros podem ser de grande utilidade prática para localizar os acontecimentos e as doutrinas dentro da história universal e da história da Igreja. Os verbetes da primeira parte remetem freqüentemente aos quadros da segunda. Deve-se acentuar a originalidade de alguns dos

quadros sinóticos. O quadro II ("Cem anos de história contemporânea", por O. de La Brosse) sincroniza ano por ano, de 1869 a 1971, os acontecimentos mais importantes da história universal, os fatos principais da Igreja e das igrejas e os grandes momentos nos campos da filosofia, ciência, técnica, letras e artes. Os quadros VI a IX, todos de O. de La Brosse, apresentam os decretos e documentos dos concílios de Trento, Vaticano I e Vaticano II e os principais documentos pontifícios desde Pio VI, dando brevemente seu conteúdo. Sobre a atualidade e pertinência do quadro X ("As Sentenças de Pedro Lombardo", por A. M. Henry) pode-se discutir. Parece querer apenas justificar a existência do quadro XI ("A Suma de Santo Tomás de Aquino", também por A. M. Henry), a respeito do qual se poderia perguntar se sua presença não será um preito de homenagem aos muitos dominicanos que colaboram na obra. O quadro XII ("As doutrinas ortodoxas e heterodoxas em Cristologia", por A.-M. Henry) leva a sugerir, para possíveis reedições, outros semelhantes, dedicados, por exemplo, à Trindade, ao ateísmo, ao tratado da graça... Sob o título geral de "A Igreja frente ao mundo" há dois quadros: o XIII é um "Sinopse ecumênica", de S. Martineau; o XIV, "História da evangelização", de A.-M. Henry. Os quadros são de grande utilidade e do máximo interesse. Pergunta-se apenas se o título geral corresponde ao conteúdo dos dois quadros. Não caberiam antes no primeiro grupo de quadros (I-IV)?

Uma obra da amplitude do presente dicionário dificilmente poderá ser analisada numa revisão por seu conteúdo. É obra de consulta, resultado do trabalho de equipe de 66 especialistas, onde haverá inclusive diversidade de

opiniões. Um olhar a esmo deu a impressão de que certas posições no tocante à exegese poderiam ter sido mais liberais, assim com relação à cronologia dos livros bíblicos (o Evangelho de S. Mateus, por exemplo, é datado de antes da destruição de Jerusalém e dois

anos após o de S. Marcos!). Mas os próprios editores estão conscientes de que o crítico encontrará "imperfeições e lacunas" (p. 10), o que de forma alguma tira o mérito ou destrói o valor geral da obra.

Francisco Tabora

BLOCH, E.; FACKENHEIM, E. L.; MOLTMANN, J.; CAPPS, W. H.: *El futuro de la esperanza*, (Col. Séptimo Sello 12). Tradução do original inglês por Luis Bittini Y Angel García Fluixá, 144 pp., 20 x 11 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1973.

Como se vê, este livro é um conjunto de conferências, ocasionadas pelo centenário da Universidade da Califórnia, em 1968. Um dos simpósios de então foi o "futuro da esperança", do Departamento e Instituto de estudos religiosos. O primeiro estudo é "El puesto del movimiento de la esperanza", de Capps. O objetivo é apresentar um histórico do pensar cristão em relação aos outros "pensares" atinentes ao futuro. Bloch é para ele o ponto incidental da tomada de consciência da força "escatológica" da visão cristã de realidade. Mas visualiza bem que tal "escatologia" não vem desta postura blochiana. Esta foi fator de sua ativação, porque o próprio Bloch vai reconhecer que o pensamento judaico é de uma profunda marca apocalíptico-escatológica, e confirmada com Rad. Daí que um dos trabalhos que se propõe uma teologia da esperança não é apelar para uma "pureza" da revelação (que inexistiu DE FACTO), mas para uma "des-helenização", enquanto encontro da força vitalizadora da visão cristã de realidade. O articulista termina dizendo que o futuro "da escola da esperança" dependerá de sua capacidade de inspiração de novo estilo de consciência hoje (p. 56), da demonstração do mito e do ritual, da demonstração de que as teologias do futuro não são reacionárias, mas planificadas (p. 56-57). O segundo trabalho é "El hombre como posibilidad", de Bloch. Tenta mostrar que há so-

nhos e sonhos, e que fundamentalmente o homem é um sonhador. Neste sentido, o cristianismo e o socialismo se identificam, embora se distingam em outros aspectos (p. 76). Por essa razão, o homem é por definição o utópico que é assim o seu tópico. Desta tensão originária é que advém a força de transformação, para um "intento sem exemplo" (p. 72), ou a "decisão para o indeciso" (p. 75). Fackenheim apresenta "El mandamiento de esperar: respuesta a la experiencia judía contemporánea". Uma análise da situação do povo judeu, sobretudo depois de Auschwitz. O autor mostra que, nessa situação, a esperança para o judeu não é um "jogo de palavras", pelo contrário, é um mandamento, enquanto nele está fundada a possibilidade de sobrevivência do judeu enquanto raça. Por causa dessa esperança de sobrevivência, de "um além", cristãos e judeus hoje "comungam" noutro plano: têm ponto vital de encontro! Moltmann apresenta "Religión, revolución y futuro". Discute o futuro como NOVUM, em relação com todas as transformações na história que sempre tiveram um caráter reacionário, explicitado no *re*: revolução, reforma, restauração, etc... Para Moltmann, hoje, sem a negação do presente e do passado, deveríamos falar numa "pro-ligação" que encaminha uma "pro-volução", porque o futuro é aquilo que ainda não existe, e será TAMBÉM o resultado da atividade do homem. O

trabalho termina com dois diálogos: "Esperanza, después de Auschwitz e Hiroshima?" e "La religión en el año 2000". No primeiro diálogo, a pergunta candante é: tem vez ainda acreditar num futuro NOVUM para a humanidade DEPOIS desses dois fatos terríveis? Quem garante que Deus não voltará de novo as costas para os homens como voltou(?) naquela situação? O futuro tem futuro? Ou é um sonho alienante e alienador? No entanto, conforme os diálogos, se os homens se "arrependerem", "aí mesmo está posta a pedra de construção de um futuro... No entanto, em relação à Igreja-Instituição, neste contexto, fica a pergunta radical: "por que não houve e não há na Igreja uma forma de excomunhão sócio-crítica?" (p. 131). Quanto ao segundo diálogo, "la religión del siglo XXI no está aún en los libros!" (p. 141).

Mas parece que a Igreja deverá proporcionar lugar (espaçoso) para ver, para imaginar, fantasiar e pensar utopicamente. No entanto, tal religião do século XXI também não será sem os homens de agora! Por isso é preciso deixar embarcar na barca do futuro, para que o NOVUM se vá configurando, e deste modo a EXPERIÊNCIA do Deus sempre NOVO se explicita também na sua negação continua! Como se vê, um livro para estudantes de Teologia que querem de fato pensar o mistério cristão hoje; para professores de Teologia "abertos", sem a posse da verdade! E para os homens dispostos à irrupção sempre imprevisível do Deus de Jesus Cristo. Fora disso, tal livro será rotulado de anárquico, "fora de propósito", embora sem nem uma ousadia em termos sócio-políticos!

José Martins Carvalho

SÖLLE, Dorothee: Teología Política, Confrontación con Rudolf Bultmann, tradução do original alemão de Antonio Caballos (Col. Estudios Sígueme 3), 120 pp., 12 x 21 cm, Ediciones Sígueme, 1972, Salamanca.

Um livro dividido em duas partes, num total de 8 capítulos. Os 4 capítulos da 1.^a parte nasceram "de uma conferência sobre el punto de partida hermenéutico de Bultmann y la teología política" (p. 9). Um pensamento que se diz apolítico é confrontado, visando uma teologia política, mostrando-lhe a aparente apoliticidade. Os 4 capítulos da 2.^a parte nascem, como diz a autora, dos colóquios nas "veladas de Oración política", em Colônia. Nos dois primeiros capítulos, situa o problema de uma Teologia inofensiva, em confronto às críticas ideológicas. Analisa a crítica como emancipação teológica, exigindo, para sua fertilidade, a "presença" dos elementos condicionantes do pensamento pensado e pensante. No 3.^o capítulo, pergunta a autora se o método histórico-crítico é o fundamento da teologia de Bultmann! Para Sölle, na síntese de Bultmann está presente a primitiva teologia dialética.

Por isso, ela analisa o conceito de kerigma, na sua desmundanização, embora afete o indivíduo na sua decisão pessoal (p. 34). Aí analisa conseqüentemente o problema do Jesus histórico, mostrando a sua relatividade no pensamento bultmanniano, ao mesmo tempo que sua "miséria política": há um Cristo, mas não um Jesus que historia o Cristo. Daí tira as conseqüências para um cristianismo "sem força", com uma despolitização aparente (p. 44), concluindo que, quanto mais "desmundanamente" se pensa, mais se acomoda ao social fático (p. 45). No entanto, a autora mostra que a linguagem dogmático-kerigmática se desmundaniza, enquanto a linguagem de Jesus é mundana (p. 47). Por isso, diz ela, O Jesus bíblico inquieto e o Cristo que domina nas Igrejas, eliminando ao Jesus da Bíblia, é o Cristo dos que dominam (p. 48). No cap. 4, analisa a influência do pensar existencial.

tencialista em Bultmann em dois conceitos, o da existência e o da história. Ele, porém, vê a historicidade em relação ao futuro, sem a participação do homem (p. 52), com as conseqüentes atitudes de não codeterminação, crítica construtiva, mas obediência ou martírio (p. 52-54-55). Cai-se na teologia do "proprium" da fé, que, a pretexto de "pura", é tragicamente comprometida. A mesma análise em relação à existência. Na segunda parte, começa discutindo a terminologia "teologia política", mostrando os seus pressupostos numa concepção de um Deus que se faz história no Jesus histórico. Mostra Jesus como um homem de presença política na sua significatividade (p. 74-76). Depois analisa a verdade como o conjunto de teoria-

praxis da fé, chamando atenção para a ingenuidade de uma transcendência sem imanência (p. 87). Depois ainda, faz uma leitura do pecado na sua dimensão política, trabalhando dialeticamente com o mundo dado (espírito objetivo) e o sujeito, retomando a inevitável conjugação de coação e liberdade (p. 99), concluindo que o pecador é o colaborador na injustiça (p. 102). E termina numa análise do perdão politicamente interpretado, investindo contra sua privacidade, chamando atenção para a dificuldade da experiência do perdão. Livro bom para professores de Teologia e pessoas que querem sempre pensar a sua fé, não a colocando "num mundo à parte".

José Martins Carvalho

SCHIFFERS, Norbert: *Perguntas de la física a la Teologia*, tradução do original alemão por Marclano Villanueva, 14 x 21,5 cm, 312 pp., Editorial Herder S. A., Barcelona, 1972.

O pensar teológico é inevitavelmente cultural. Isto implica nas repercussões sofridas no seu pensar a partir do mundo científico em que tenta dizer-se. Daí, pois, a oportunidade desse livro. Por um lado, mostra que a Física de hoje não é mais a Física de Kepler, mas uma Física em momento pós-einsteiniano. Cabe, pois, caminhar o caminho da Física para saber se o mundo cultural do "teologar" não ficou atrasado, ou está descuidando alguns "encontros" do mundo cultural. Schiffers, na primeira parte do seu livro, procura mostrar como a Física lutou para conseguir o seu estatuto próprio no "mundo das ciências", libertando-se da Filosofia Natural e da Teologia. Analisa, com seriedade, as posturas de Kepler e Galileu, situando o porquê do problema com a Igreja Estabelecida. O processo, porém, de auto-afirmação não parou aí; apenas estava começando. Por isso, analisa o contributo de Newton, mostrando o caminho percorrido até Einstein e os teóricos da Física

dos quanta. Ao mesmo tempo, porém, não deixa de ir salientando os problemas que esta Física vai apontando à Teologia, e às vezes chega a afirmar que a Teologia não levou muito a sério essas indagações, certamente ainda mergulhada na vã esperança de "rainha" das ciências. Feita essa caminhada, como é o propósito do livro, o autor tenta ver algumas "respostas". Em primeiro lugar, exige que se faça uma distinção entre Teologia e Física, quanto ao seu objeto e método. No entanto, tal distinção não pode ser uma cisão, o que conduz a levar a sério as perguntas que a Física impõe ao pensar teológico. Sobretudo, se a Teologia é a Palavra de Deus sobre a Realidade, a Palavra Salvífica, cabe ao teólogo "situar" o lugar desta Palavra na coerência do mundo. Postula, pois, uma pobreza para ambas as ciências a fim de se evitar dogmatismos e apologetismo, suscitando deste modo um clima de "diálogo" intraciências. Tal diálogo proporcionaria interconhecimentos. Acha, pois,

o autor que é preciso aclarar o objeto próprio de ambas, para que a linguagem se torne inteligível, não exigindo uma da outra mais do que é permitido metodologicamente. Schiffers, no recurso à analogia do ser, propugna uma nova reflexão do conceito e significado. Para ele, somente a analogia do ser é que permitirá a equação razoável das questões li-

mítrofes das duas ciências. Para os professores de Teologia, para os cultores da ciência teológica e preocupados com o progresso da ciência, que questiona o lugar da Teologia, Schiffers oferece uma obra que merece ser lida, sobretudo para que a linguagem teológica não negue sua própria condição de possibilidade cultural.

José Martins Carvalho

FERRERAS ESTRADA, Gabriel: El trance del futuro, Ensayo de teología ante el reto de la esperanza. p. 208, 21 x 12 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1973.

Como diz o autor, a presença e a ação da Igreja no mundo de hoje não podem ser medidas por critérios estatísticos (p. 9). Por conseguinte se torna imperativo o defrontamento com a "força central" que a decola. O livro se divide em 9 capítulos, onde o autor quer mostrar a viabilidade da esperança num mundo desesperançoso. O cap. 5.º surge como capítulo central, onde se busca a análise da categoria que subjaz a todas as análises que o livro contém: o conceito de historicidade. Pelo fato de ser uma apologia da esperança, neste capítulo o autor faz uma distinção entre o "fático" e o "histórico", mostrando que o acesso ao primeiro se dá na mediação do segundo, numa implicação mútua (p. 90). Analisa com acribia o acesso histórico, bíblico e antropológico à ressurreição de Jesus, mostrando que a ressurreição não pode ser posta em dúvida sem pôr integralmente em dúvida o fato histórico de Jesus (p. 93). Se a ressurreição é a palavra sobre a ultimidade do mundo, é preciso analisar os empecilhos à compreensão escatológica: isso o autor o faz no cap. I, chamando atenção para as mudanças de nosso tempo, o que completa no cap. II, quando, à base do conceito de historicidade, mostra a contingência de qualquer "imaginação histórica", concluindo que o que caracteriza o futuro é sua constitutiva in-locação (p. 40), de modo

que não é encenável nem figurável a partir da absolutização das parciaisidades (p. 41. 36). Tal contingência se evidencia no estatuto de corporeidade que é o homem, e aqui é o assunto do cap. III, onde o autor postula uma antropologia unitária, na morte do dualismo ainda dominante. Não é possível prescindir do corpo, e a única maneira dessa não-prescisão consistirá em sua não-pressuposição nem como necessário nem desnecessário. Deste modo, a mundanidade passa a ser o lugar de elucidação de nossa sorte definitiva (p. 57), e o mundo passa a ser também a consciência do homem (p. 57). Pelo fato de o homem só ser no confronto, surge a imortalidade da coletividade como condição de possibilidade de sua auto-affirmação (cap. 4.º). Por conseguinte, o morrer é modo de sobreviver, porque é meio de integração e consolidação da figura do mundo que se fez objeto de promessa final (p. 71). Não há o homem sem o "antes" do mundo, o que significa uma imbricação. E a morte permite a potência dessa verificação, o que a constitui em momento de privilégio da vida! Analisa nessa perspectiva a sexualidade e a generatividade a ela conexas, mostrando seu caráter de futuro. Se a coletividade é imortal, como conciliar o indivíduo que "morre com a parusia, onde a coletividade patenteará o ser do mundo? Tal questão é objeto do cap. 6.º, enquanto no cap.

7.º se tenta mostrar como a cruz é a chave hermenêutica da História, enquanto nela não sucede o fracasso, mas o domínio do homem Jesus sobre o domínio da morte, abrindo o caminho para a plenitude do mundo do homem. Aberto o futuro do mundo pela passagem da cruz, o presente está sob a "crisis" do futuro. Analisa aqui a "reserva escatológica" de Metz, postulando uma teologia nem política, nem apolítica, o que não fica muito claro, distinguindo também futuro e futurologias. Esse cap. 8.º prossegue no último capítulo, quando o futuro, por causa de sua in-locação, surge como um "des-conserto", que reivindicada, por parte da Igreja, uma função decisional, pela assunção de sua historicidade. Uma função analítica, que é consequência inevitável da historicidade, para não confundir a eclesialidade com uma determinada estrutura eclesial, totalmente histórica, o que também é inevitável, não significando, pois, nem pobreza nem riqueza para a Igreja, sim-

plesmente o seu estatuto enquanto presente no mundo corpóreo (cap. 2-3). E daí a função articulante, que joga com a decisional e a analítica, permitindo, deste modo, uma presença eclesial que seja, de algum modo, a "palavra" do ser do mundo na sua precariedade, enquanto aponta para ele na vivência de sua fé. Tal articulação matará toda ideologização da fé, e desideologizará qualquer futurologia, ficando al o "valor" da Igreja no mundo em transformação que o cap. 1.º analisou. Um livro sério para alunos de Teologia, e para professores que devem repensar a Escatologia em termos de futuro do mundo e não simplesmente futuro dos indivíduos. Pela fidelidade à historicidade que assumiu como chave de sua "análise", este livro merece atenção, sobretudo por parte daqueles cuja formação ainda peca por dualismo, por desvinculação de "história profana-natural e história-sagrada-sobrenatural".

José Martins Carvalho

KÜNG, Hans: *Sacerdotes, para qué?* (Colección Controversia 14). Tradução do original alemão por Alejandro Lator Ros. 132 pp., 20 x 12,5 cm, Herder, Barcelona, 1972.

Neste pequeno livro o conhecido autor reflete sobre algo que a ele mesmo interessa profundamente, pois é sacerdote e teólogo. Ele procura dar uma resposta séria e sincera, dizendo expressamente (no prólogo) que não tem a pretensão de dar a resposta. Quer apenas dar o seu contributo que na edição original tem o subtítulo "Eine Hilfe", quer dizer uma ajuda para que os sacerdotes, refletindo profundamente, vivessem com mais clareza, firmeza e alegria sua vida e seu serviço sacerdotal.

No 1.º capítulo K descreve a Igreja como comunidade em liberdade, igualdade e fraternidade. No 2.º indaga nos fundamentos neotestamentários. No 3.º fala sobre a evolução que o ministério teve no decurso da história. Na última parte dá uma visão daquilo que

seria a caracterização do ministério como serviço apostólico, chamando-o de "serviço de direção na Igreja".

Já se pode ver que o autor é fiel àquela orientação indicada no título: Sacerdotes, para qué? A reflexão e argumentação partem dessa interrogação. Nisso está a força e a fraqueza desse livro. A força: Um ministério, um serviço, tem sua justificação na finalidade, utilidade e conveniência em vista do bem das pessoas a que serve. Principalmente, quando se quer renovar algo, quando se procura uma nova estrutura, é preciso saber para que esta estrutura vai servir e como ela poderia funcionar melhor. Com isso o autor também responde a uma preocupação da mente moderna que está interessa-

da não tanto no que é algo, mas para que serve.

Nisso está também a fraqueza desse livrinho. Ele se limita à linha indicada na pergunta: "Para que serve?". Como já dissemos, é uma linha fundamental inderogável. Mas serviço não é só determinado pela finalidade, mas também pela sua origem que, no caso, é a situação e a vontade do iniciador, donde vem. Esta linha, embora ela aparecesse necessariamente no decurso da reflexão, não atraiu a atenção do autor nem recebeu o desenvolvimento que ela merece para que tenhamos a visão global do sacerdócio na Igreja.

A que resultado leva a reflexão desenvolvida pelo autor? O ministério sacerdotal é um entre os ministérios da comunidade ou, como o autor adverte, um entre os muitos serviços. O autor insiste nessa palavra de serviço, porque quer reduzir ao mínimo o perigo e a tentação de passar do servir ao dominar. A palavra ministério, por não indicar claramente a qualidade de serviço, dispõe mais facilmente ao abuso.

Outra insistência do autor: Não se trata de serviço sacerdotal, mas de direção. O sacerdócio é de Cristo e do povo todo, os ministros estão ao serviço do sacerdócio de Cristo e do povo, para que o sacerdócio de Cristo seja realizado pelo povo em intensidade crescente. A designação melhor seria a de "serviço de dirigente ou presidente da comunidade".

Depois o autor se pergunta, porque para este serviço de direção da comunidade se exija uma sucessão apostólica especial. No fundo toda fé e toda atividade dos fiéis são sucessão apostólica, suscitadas no povo pelos apóstolos. Porque então este serviço de direção precisa de uma sucessão apostólica especial, a ordenação? Küng responde apontando para a evolução de fato que ocorreu na Igreja e observando que deste serviço de direção dependem a fundação e orientação das Igrejas locais, seu crescimento e consolidação. Ele não afirma claramente a necessidade da imposição das mãos co-

mo determinação decisiva da sucessão apostólica especial. Admite que possa haver em casos especiais uma comunidade unida à Igreja de Cristo sem o ministro ordenado. É a questão hoje examinada em profundidade pelos teólogos e pelo magistério em face da possível união das Igrejas Protestantes com a Igreja Católica. Segundo o autor, as características do serviço de direção são as seguintes: É serviço da comunidade que na intenção de Jesus não permite atitudes de domínio; é vinculado ao testemunho apostólico primitivo e se exerce em meio a outros serviços, funções e carismas.

No capítulo seguinte K explica brevemente as diferentes maneiras em que o ministério presbiterial foi compreendido e exercido na história da Igreja e termina apresentando as interrogações que hoje se fazem a respeito dos sacramentos, do caráter sacramental e da missa como sacrifício. Aplicando ao serviço de direção os dados encontrados no Evangelho e na história da Igreja, este serviço se apresenta como um serviço de liderança religiosa que pode ser exercida de mil maneiras.

Não é necessário que seja uma profissão de tempo pleno. Não precisa ser vitalício. Não deve constituir um estado social especial. Não precisa de formação acadêmica. Nem precisa de celibato nem é reservado exclusivamente a varões.

Os seguintes pontos são constantes indispensáveis do serviço de direção: É serviço, não domínio. Fomenta e unifica os outros serviços, não os absorve. Dentro desta orientação pode assumir múltiplas formas. Sempre está subordinado à vontade e disposição do Senhor, não aos homens a quem Ele quiser. O serviço de direção é também um carisma, não para eliminar, mas para acolher os outros carismas para o crescimento do Reino de Deus. Tanto a vida da comunidade como o poder do serviço de direção vêm do Senhor diretamente. Há um crescer mútuo, em mútuo respeito.

Pe. Oscar Mueller

PAULO VI: O Culto à Virgem Maria (Documentos Pontifícios 186), 56 pp., 18 x 12,5 cm, Editora Vozes, Petrópolis, 1974.

PAULO VI: O Culto da Virgem Maria, apresentação didática, 66 pp., 21 x 13,5 cm, Edições Loyla, S. Paulo, 1974.

As duas conhecidas editoras brasileiras apresentam-nos a "Exortação Apostólica para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à Bem-aventurada Virgem Maria", de 2 de fevereiro de 1974.

O documento, além de breve introdução e conclusão, divide-se em três partes.

I PARTE: "O culto da Virgem Santíssima na Liturgia". Nesta parte o Papa "examina alguns pontos que dizem respeito às relações entre a Sagrada Liturgia e o culto da Virgem Santíssima" (introdução).

Essa parte subdivide-se em duas: A) "A Virgem Santíssima na Liturgia Romana restaurada". No número final desse item o Papa pode escrever: a reforma litúrgica pós-conciliar "considerou a Virgem Maria com uma perspectiva adequada no ministério de Cristo; e, em sintonia com a tradição, reconheceu-lhe o lugar singular que lhe compete no culto cristão, qual Santa Mãe de Deus e enquanto alma cooperadora do Redentor" (15).

B) "A Virgem Maria modelo da Igreja no exercício do culto". Baseado na relação existente entre Maria e Igreja, o Papa propõe "Maria como exemplar da atitude espiritual com que a Igreja celebra e vive os divinos mistérios" (16). Não se trata só do culto, mas da vida da Igreja a ser vivida a exemplo da vida de Maria, em íntima relação à Trindade. Maria é apresentada também como "mestra da vida espiritual para cada um dos cristãos" (21).

II PARTE: "Para a renovação da piedade mariana". Nesta parte Paulo VI deseja "apresentar algumas considerações e diretrizes aptas para favorecer o legítimo desenvolvimento do mesmo culto" (introdução) mariano em formas de piedade "ao lado do culto litúrgico" (24). O Papa indica neste número "alguns princípios segun-

do os quais importa agir" na renovação e incremento do culto Mariano.

Em dois subpontos são desenvolvidos estes princípios, que aparecem nos próprios títulos:

A) Nota trinitária, cristológica e eclesial no culto da Virgem Maria.

B) Algumas orientações de ordem bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica, para o culto à Virgem Maria.

III PARTE: Tendo apresentado na segunda parte alguns princípios de renovação do culto mariano, Paulo VI dá na terceira parte algumas indicações para a renovação de dois exercícios de piedade mariana: o "Anjo do Senhor" e o "Santo Rosário", alongando-se de maneira especial sobre este último.

O Papa, ao recomendar a recitação do Rosário em família, faz algumas reflexões sobre a família como "Igreja doméstica" e sobre sua participação na diversificada missão da Igreja. Conseqüentemente pertence à família a oração comum: "se viesse a falhar este elemento (a oração em comum) no seio da família, então lhe faltaria o próprio caráter de família cristã" (52). Exorta as famílias a se associarem à "Liturgia das Horas" (53). E finalmente no número 54 recomenda o Rosário como "uma das mais excelentes e eficazes orações em comum, que a família cristã é convidada a recitar".

Na **CONCLUSÃO** Paulo VI "frisa, em breve síntese, o valor teológico do culto à Santíssima Virgem, e relembra, resumidamente, a sua eficácia pastoral para a renovação dos costumes cristãos" (58).

A "Exortação Apostólica" de Paulo VI mereceria ser estudada e refletida pausadamente, pois em sua brevidade e densidade coloca Maria e o culto a Maria dentro

do plano salvífico de Deus Trino e no culto a Deus Trino.

Na publicação das Edições Loyola destacamos o seu caráter didático, visando auxiliar grupos na reflexão e oração sobre o tema. Cada parte da exortação, com suas subdivisões, é precedida de um breve resumo — comentário introdutório e seguida de “sugestões para trabalho”.

Certamente devido à importância dada à mulher atualmente, o comentador das Edições Loyola amplia o resumo sobre as considerações antropológicas do culto a Maria (pp. 37 e 38). Teria sido interessante indicar que as idéias sobre “A Mulher Eterna” (p. 37) são do comentarista e não do Papa.

No resumo da III Parte, a afirmação A. 5.º: “O Rosário é oração litúrgica” é inexata; pois o Papa desenvolve neste número “as relações existentes entre a liturgia e o Rosário” (n.º 48). Ao longo do número aparece a íntima conexão entre liturgia e rosário, mas não sua identificação, nem separação.

O resumo dos números 52-54, “Rosário em Família e em Grupos de Oração”, é um tanto inexato. O Papa não se refere a oração do Rosário em Grupos de Oração. A afirmação do resumo “A família ganharia com a Oração em comum principalmente com a reza do Rosário” diminui a afirmação do Papa, que já transcrevemos mais acima. As afirmações do Papa relativas ao “Ofício Divino” referem-se à família e não a grupos de oração (embora se possa supor e seja extremamente louvável). Entre os “subsídios para o trabalho” sugiro que se coloque no “questionário” uma pergunta relativa à família como “Igreja Doméstica” e sua missão, e outra sobre a absoluta necessidade da oração na família cristã.

A leitura da exortação de Paulo VI pode ajudar os cristãos, as comunidades e as famílias cristãs a compreenderem e viverem melhor o culto cristão, ao qual pertence inseparavelmente o culto à Maria.

P. Claudio Luiz Bins, S. J.

JEDIN, Hubert (ed.): Manual de Historia de la Iglesia. Tomo IV: La Iglesia de la Edad Media después de la Reforma Gregoriana, por Hans-Georg BECK, Karl August FINK, Josef GLAZIK, Erwin ISERLOH, Hans WOLTER, tradução do original alemão por Daniel Ruiz Bueno, 1.010 pp., 22 x 14 cm, Editorial Herder, Barcelona (Espanha) 1973.

JEDIN, Hubert (ed.): Manual de Historia de la Iglesia. Tomo V: Reforma, Reforma católica y Contrarreforma, por Erwin ISERLOH, Josef GLAZIK, Hubert JEDIN, tradução do original alemão por Daniel Ruiz Bueno, 940 pp., 22 x 14 cm, Editorial Herder, Barcelona (Espanha), 1972.

A tradução castelhana de uma obra da envergadura do “Manual de História da Igreja”, realizado sob a direção e responsabilidade de Hubert Jedin, é motivo de satisfação para quem se interessa pelos estudos teológicos em nossas latitudes. Hubert Jedin, professor na Universidade de Bonn (Alemanha), é atualmente a maior autoridade em história do Concílio de Trento. Também seus colaboradores estão à altura, salientando-se em espe-

cial a escolha de Erwin Iserloh, professor na Universidade de Münster, para escrever, entre outros, os capítulos do tomo V referentes à Reforma protestante, assunto de que é o maior conhecedor entre os historiadores católicos. De não menos valor é a participação de Hans Wolter, professor na Faculdade de Teologia dos Jesuítas, em Frankfurt. Também os outros colaboradores são escolhidos a dedo entre os melhores.

O tomo IV divide-se em duas partes. A primeira, dedicada à alta Idade Média, começa com o fim da disputa das investiduras e vai até o fim da era das cruzadas. Ante os olhos do leitor desfilam as figuras dos papas que se compreendiam como cabeças da comunidade dos povos ocidentais, o espírito heróico (e tão estranho) das cruzadas, os grandes pensadores da Escolástica, de Abelardo à Idade de Ouro, as heresias, os concílios, as ordens mendicantes; numa palavra: toda aquela amálgama de fatos, circunstâncias e pessoas que contribuíram para dar à alta Idade Média a importância que teve na formação cultural do Ocidente.

A segunda parte, sob o título de "A baixa Idade Média", apresenta-nos a época de crise na história da Igreja que se estende do exílio dos papas em Avinhão até às vésperas da reforma protestante, passando pelo cisma do Ocidente e pelas heresias nacionais precursoras do protestantismo, sem esquecer os pontos mais positivos da época, como a reunificação da cristandade ocidental sob Martinho V, a tentativa de união com os orientais no Concílio de Florença, os movimentos de espiritualidade como a mística alemã e a "devotio moderna". No fim do período, os papas da Renascença prenunciam a crise fatal do século XVI.

O tomo V retoma neste ponto a história da Igreja, descrevendo a marcha da Reforma desde seus primórdios até sua expansão por toda Europa. Toda esta primeira parte, um verdadeiro livro por si (43-588), é da autoria de E. Iserloh, o que lhe dá grande autoridade.

Segue-se, como segunda parte, a "Reforma católica e Contra-Reforma", toda ela (com exceção da secção quarta, dedicada às missões) da autoria de H. Jedin (594-781.836-877), o que constitui por si só uma recomendação. O título duplo desta parte é justificado, porque "Reforma católica" "indica a continuidade dos esforços de renovação da Igreja do século XV e XVI, sem excluir, como a designação de 'restauração', os novos elementos

surgidos e o influxo da cisão protestante no auge do desenvolvimento. Mas necessita ser complementada pelo conceito de Contra-Reforma, pois a Igreja internamente renovada e fortalecida depois do concílio de Trento, passa com efeito ao contra-ataque e recupera terreno perdido..." (V 592).

Apesar da excelência da obra, indispensável em qualquer biblioteca teológica que se preze, mais uma vez tem razão o velho Horácio, quando observava que "aliquando etiam bonus dormitat Homerus". Assim, podem-se, por exemplo, observar inexactidões no trecho dedicado à vida de Santo Inácio de Loyola. O discernimento de espíritos, experimentado em sua conversão, é descrito assim: "Ao comprovar que esta leitura [dos livros piedosos] lhe produzia tranquilidade interior, e inquietude os livros de cavalaria, veio-lhe o desejo de levar a cabo, em lugar das façanhas guerreiras que se lhe negavam, 'grandes coisas em serviço de Deus'..." (V 615). A descrição da "Autobiografia" (cf. Obras Completas de San Ignacio de Loyola, BAC, Madrid 1963, 2. edição, p. 91-92, n.º 7-8) exigiria alguns retoques na expressão do autor. — Pouco depois, H. Jedin refere-se a uma visão "tida na capela de São Paulo junto ao rio Cardoner" (V 616). A famosa visão, segundo Santo Inácio a descreve, não foi na Igreja de São Paulo, mas a caminho da mesma, ao ar-livre, junto ao rio Cardoner, não longe de uma cruz à beira da estrada (loc. cit., p. 104-105, n.º 30-31). — Segundo Jedin, Santo Inácio e seus companheiros fazem em Montmartre voto "de pobreza e castidade, de peregrinar a Jerusalém e de trabalhar pela salvação das almas" (V 616). Os votos de pobreza e castidade datam de Veneza, antes da ordenação dos mestres de Paris (cf. loc. cit., p. 150, n.º 93). Em todo o caso, no objeto do voto de Montmartre o Manual esquece o que se tornará depois o ponto essencial: "...se não conseguissem licença para ficar em Jerusalém, voltar a Roma,

e apresentar-se ao Vigário de Cristo, para que os empregasse no que julgasse ser para maior glória de Deus e utilidade das almas. Propuseram também esperar um ano a embarcação em Veneza, e se naquele ano não houvesse embarcação para o Levante, ficariam livres do voto de Jerusalém e iriam apresentar-se ao Papa, etc." (ibid., p. 140, n.º 85). A falta desse pormenor dos votos de Montmartre deixa inclaro o que se diz na p. 617 sobre a ida a Roma para oferecer os préstimos ao Papa (cf. ibid., p. 153, n.º 96). — Nessa ida a Roma sucede a visão de La Storta. Causa estranheza que Jedin não mencione o artigo fundamental de Hugo Rahner, "Die Vision des heiligen Ignatius in der Kapelle von La Storta", que foi reimpresso na obra do mesmo autor "Ignatius von Loyola als Mensch und Theologe", Friburgo 1964, p. 53-108, mencionada, aliás, na bibliografia geral (V 613). Não levando em consideração o artigo de H. Rahner, Jedin segue a versão que Ribadeneira apresenta da visão, uma versão que a crítica das fontes, realizada por H. Rahner no

artigo citado, p. 67-68, mostra ser inexata. — Por fim, ainda na p. 617, se diz da *Formula Instituti* apresentada a 3 de setembro de 1539 ao Papa, que previa para a nova ordem, "além dos votos de pobreza e castidade... o terceiro de obediência ao Papa" (V 617, grifo do recenseador). Ora, ela de fato já contém também o voto de obediência ao Prepósito da Companhia (cf. *Monumenta Ignatiana*, Series III, t. I, Roma 1934, p. 18s), tal como a Bula "Regimini Militantis Ecclesiae" (cf. ibid., p. 28s) que Jedin resume corretamente, ao escrever poucas linhas abaixo: "Os membros fazem os três votos correntes, mas, além disso, o quarto de obedecer ... todo mandato do Papa para a salvação das almas e dilatação da fé" (V 617).

Frente a isso, não se negue também ao tradutor o direito de "cochillar". Assim, quando promove o Governador Geral Tomé de Souza a Vice-Rel do Brasil... (cf. V 825. O original alemão traz "Statthalter": cf. *Handbuch der Kirchengeschichte*, Bd. IV, Friburgo 1967, p. 640).

Francisco Taborda

SCHELKLE, Karl Hermann: A Comunidade de Qumran e a Igreja do Novo Testamento, tradução das Monjas Beneditinas da Abadia de Santa Maria, São Paulo, (Col. Bíblica — 14), pp. 136, 22,5 x 15 cm, Edições Paulinas São Paulo, 1972.

Imenso interesse despertaram os achados arqueológicos de Qumran, de 1947. Ruínas com cisternas, scriptorium, piscinas, cemitério de 1.100 sepulturas, tesouros de moedas, manuscritos do Antigo Testamento, manuais (de disciplina, de instrução, regra da comunidade) aguçam a curiosidade sobre os monges celibatários que viviam em Khirbet Qumran, junto ao mar Morto, a poucos quilômetros de Jericó. Quem eram, quando aí estiveram? Como, quando e por que se extinguíram? A que corrente teológica do judaísmo se fillaram? Se eram contemporâneos de João Batista, de Nosso Senhor, que in-

fluxo exerceram sobre o cristianismo em suas origens? A estas perguntas responde Schelkle com muita competência, objetividade e sobriedade. Fazia falta esta obra, devido à extensa literatura sobre Qumran, que nem todos podem ter à mão nem compulsar, e porque alguns autores ousaram fazer afirmações precipitadas, ao menos no começo, sobre as relações dos homens de Qumran com os do cristianismo incipiente, sobre o influxo decisivo e até essencial na própria doutrina do Novo Testamento.

Em 12 capítulos trata dos achados e descobertas, do ambiente circunvizinho político e religioso, de S.

João Batista, da ética, da propriedade e pobreza, das expectativas messiânicas, dos últimos tempos e da salvação, da comunidade, da liturgia e culto em confronto com a doutrina de Cristo, da escritura e exegese, de Paulo e João em seu ensino teologicamente já evoluído da pregação do Evangelho.

No epílogo o autor dá o resultado a que se chega estudando, comparando os rolos de Qumran e o texto do Novo Testamento. Existem afinidades e analogias, ambos dei-

tam raízes em terra comum (A. Testamento), surgiram na época de transição do judaísmo tardio. Não obstante existem divergências profundas. No N. T. não se espera a salvação como em Qumran: Cristo é a salvação. Cristo liberta do espírito legalista, Qumran é rigorosa observação da Lei. Qumran é comunidade adventícia, digna de respeito e simpatia. O cristianismo é o novo Israel, o povo de Deus, da aliança, das promessas, da escatologia.

R. A. Braun

GRÜNDEL, Johannes: Temas atuais da Teologia Moral, tradução do original alemão por José dos Santos Gonçalves, 21 x 13,5 cm., 236 pp., Editora Vozes, Petrópolis, 1973.

O autor é professor de Teologia Moral na Universidade de Munique, e tenta neste livro abordar os problemas mais atuais na questão do comportamento moral do homem. O livro se divide em sete partes, cada uma focando um tema. O autor sempre se mostra um conhecedor da história do problema, tentando avançar na intelecção atual, fazendo uma aproximação entre Teologia e Ação Pastoral. O livro começa com o problema da sexualidade, onde assenta ser necessário estabelecer a imagem cristã do homem, para tirar conseqüências aplicáveis numa educação sexual (p. 14). Aliás, essa necessidade é postulada em todos os temas abordados, o que significa lucidez. Por essa razão, conforme o autor, não é possível, na solução dos atuais problemas, apelar para a Escritura, porque não é, de imediato, um livro de doutrinas éticas, mas de compreensão do homem (p. 21), exigindo que se lute, na determinação de normas do agir moral, na eliminação daquilo que vem de fora de uma visão pura de cristianismo (p. 23). Podemos perguntar: onde está essa visão pura de cristianismo? Há um cristianismo puro? Mas para o autor é impossível falar de ética sexual imposta, ela deve derivar estruturalmente (p. 23), daí a necessidade de uma convergência nas conquistas das ciências (p. 27).

E conclui que uma ética sexual, vasada num humanismo intramundano, não possibilita a fundamentação de normas morais válidas (p. 38-40). Analisa posteriormente o homossexualismo, levando a moral a se interessar pelo fato, embora com observações muito restritas. Na parte tercelira, distingue ascese, virtude, prazer, pecado. E aqui faz uma análise histórica bastante feliz, sobretudo nas referências ao estoicismo e juridicismo que constituíam o "mundo cultural" das "fontes" do cristianismo. E a moral paga este tributo. Na questão do divórcio, coloca a palavra do Senhor como apelo, contando, pois, com a possibilidade do fracasso. Tal fracasso entra, pois, no "plano" amoroso de Deus, e por isso convém uma não-identificação do jurídico com o matrimônio, levando em conta as conquistas das ciências humanas. Um capítulo lúcido, embora ainda "medroso", por não assumir totalmente a historicidade. Discute também o problema do aborto, colocando claramente o problema, mas sem maiores indicações. Na penúltima parte, discute a questão da fundamentação das normas: este é certamente uma das boas partes do livro, juntamente com a discussão que estabelece sobre a autoridade na Igreja e Sociedade, frisando o papel da autoridade funcional, enquanto

qualquer autoridade é serviço à verdade, e por isso "normada" também. Finalmente, conclui com uma discussão rápida sobre culpa, castigo, penitência segundo a perspectiva cristã. Bastante pertinentes as observações sobre a ambigüidade da culpa e por isso da pena, na questão da responsabilidade. So-

bretudo a discussão da pena como fator de ressocialização e não retribuição. Aí está um livro importante a educadores, pais, autoridades civis e religiosas. Não como chegada, mas como convite a "retomar-se" sempre.

José Martins Carvalho

BERNHARD, Jean e outros — Divorcio e indissolubilidad del matrimonio, trad. do original francês por María Colom (Col. Controversia, n.º 17), 212 pp., 12 x 20 cm, Editorial Herder, Barcelona, Espanha, 1974.

Este livro é a transcrição dos trabalhos apresentados ao Congresso da Associação para o estudo da moral, celebrado em Chevilly-la-Rue, de 18 a 20 de setembro de 1970. Insere-se, portanto, na troca de pontos de vista interdisciplinares que tiveram lugar nos últimos anos em torno ao matrimônio, à sua indissolubilidade e ao problema da fidelidade conjugal. A situação social, por vezes dramática, justifica plenamente a preocupação por esses temas.

O primeiro trabalho, escrito por **BERNHARD**, tenta reinterpretar a legislação canônica concernente à indissolubilidade canônica do matrimônio cristão. Aproveita para isso, fundamentalmente, a conhecida teoria de Gerhartz acerca da consumação "existencial e na fé" do matrimônio, chegando a conclusões semelhantes às do autor alemão.

Por sua parte, **R. VOELTZEL** focaliza o ponto de vista escriturístico, mostrando como todos os textos bíblicos se inserem na linha da indissolubilidade, pelo menos no que concerne os matrimônios cristãos. Por isso, para uma regulamentação pastoral do divórcio pode apenas apelar para um "espírito" evangélico em que o perdão e a esperança têm um lugar essencial.

WIDLÖCHER e **PELLÉ-DOUEL** falam, respectivamente, do aspecto psicológico e filosófico da fidelidade conjugal. O primeiro, apesar de reconhecer as raízes psicológicas

da doação única, deixa bem claro que o caráter absoluto da fidelidade é um valor filosófico e moral, não um dado direto da psicologia. Para o segundo, a fidelidade não pode ser um problema de fixação no passado, mas de criatividade constante na doação.

Do ponto de vista teológico, **J. P. JOSSUA**, se, de um lado acentua a absolutividade da fidelidade no matrimônio cristão, do outro, advoga por uma revisão das soluções pastorais para uma situação que ele acha intolerável. Numa breve comunicação, **Mons. L'HULLIER** focaliza a conhecida posição dos ortodoxos em face do divórcio.

O livro se fecha com cinco estudos de caráter pastoral sobre o problema dos divórcios e dos divorciados, assim como sobre o papel a ser desempenhado por párocos, psicólogos e conselheiros espirituais nessas tragédias da vida matrimonial.

Como é natural num livro do tipo daquele que estamos examinando, as soluções apresentadas, baseiam-se na experiência pastoral e na aproximação psicológica, filosófica e teológica, mas são apenas esboços para procura e reflexão ulteriores. Embora não possamos concordar com todos os seus pontos de vista, achamos que a obra em apreço pode ajudar aos que se dedicam ao estudo da moral matrimonial.

J. Hortal, S. J.

"Encontros com Deus na Vida" é mais uma publicação do P. Ruiz de Gopegui, SJ, que vem contribuir, num serviço despretencioso, para o enriquecimento de quantos se dedicam à Catequese em paróquias, colégios ou grupos independentes de vida cristã. Ao lado de "Caminhos de Deus, caminhos dos homens", "Deus nos caminhos da história" e "Caminhos de libertação" — lançados pelo mesmo autor e com uma aceitação sempre crescente — a presente obra trata do problema dos Sacramentos de uma maneira atual, atrativa e coerente, focalizando sobretudo o seu sentido na vida eclesial, de pleno desenvolvimento do homem na totalidade de sua vida humana, em contraposição a uma concepção excessivamente religiosa do Sacramento.

Não vamos encontrar aí uma catequese sacramental de tipo meramente ritualista, senão um esforço para que se compreenda a vida sacramental na sua função libertadora, isto é, como um sinal eficaz da vida em plenitude que o Cristo comunica ao homem através do Sacramento. O homem, consciente desse gesto amoroso do Filho de Deus perpetuado em sua Igreja, deve passar a amar como é amado, e assim haja a libertação que o Cristo opera pelo ato livre de amor do homem.

O roteiro do livro é apresentado de uma maneira extremamente pedagógica. Em cada lição é focalizado em primeiro lugar um fato real da vida do nosso povo, ilustrado com fotografias e textos da literatura, retratando uma situação em que se revela a necessidade da libertação trazida e oferecida por Jesus Cristo. Segue-se uma reflexão dessa situação à luz da Palavra de Deus, terminando sempre com sugestões para a reflexão pessoal ou em grupos.

A problemática de cada um dos sacramentos é focalizada sempre no contexto de mortalidade infantil, de doenças, de subnutrição, de

desemprego e de exploração do homem pelo homem da nossa realidade brasileira. A Eucaristia, por exemplo, é abordada ao mesmo tempo como sinal de festa e de sofrimento, realçando-se a verdade de que "a fraternidade, a união de todos os homens só nascerá da disposição para o serviço, da dedicação ao irmão até o sacrifício da própria vida", tal como o do Cristo na Missa. Como "memória (e presença) dos sofrimentos de todas as vítimas do egoísmo dominador e do ódio fratricida e memória dos sofrimentos de todos aqueles que a exemplo de Cristo, e em virtude de sua graça, deram sua vida para que, no mundo, o homem deixe de ser vítima do homem" (p. 81).

Fazendo refletir sobre o Batismo, o autor inicia com uma síntese da visão do mundo atual em que parecem se degladiar os poderes da vida e da morte. A pretensão de dominação das forças do mal é ilustrada com o Poema "A Bomba", de Carlos Drummond de Andrade, como símbolo de destruição da vida. Conclui, enfim, mostrando que o homem poderá "liquidar a bomba", porém "a vida humana continuará em perigo se não é banido do mundo tudo o que ela simboliza e a raiz donde ela brota" (p. 90). Isso, numa referência clara ao Pecado, em cuja situação é introduzido o homem ao nascer. Entretanto, ao lado dessa realidade negativa do poder da morte, o autor faz uma forte referência ao poder da vida, à "humanidade redimida", na qual o homem é também introduzido ao nascer e inserido na Graça como um "dom gratuito" de Deus, não obstante o pecado.

Uma das mais sugestivas passagens temos no Sacramento da Penitência. Ao considerar a vida, para a qual ressurgimos no Batismo, em relação à fragilidade do homem, o autor faz uma analogia com o conhecido poema "Retrato", de Cecília Meireles, em que, ao se olhar num espelho, a poetisa se dá conta da mudança brusca que o

tempo operou em sua face, outra jovem e bela e que termina com a pergunta: "— Em que espelho ficou perdida a minha face?". E o mesmo comenta: "São poucos os que têm a coragem de olhar-se no espelho da vida e ver sua verdadeira face sem maquiagens, sem máscaras, sem o gesto postigo forçado pelas conveniências sociais" (p. 105). A graça maior, no caso, seria poder reconhecer a razão dessa nossa imagem deformada, como a infidelidade ao compromisso baptismal. O Sacramento da Confissão é pois delineado como o "gesto concreto" que nos dá a certeza não teórica, mas palpável do perdão divino.

A tese que Ruiz de Gopegui procura desenvolver ao longo de seu livro, e em cada sacramento em que se detém, é a de que "não haverá vida plena para os homens, não surgirá a liberdade, sepão na

União que nasce da Comunhão dos homens com Deus", uma vez que somente "em Deus todas as discriminações — que ameaçam a vida de tantos homens — perdem seu sentido" (p. 75).

A leitura, pois, e o estudo aprofundado de "Encontros com Deus na Vida" traz conseqüências bem reais para a vida apostólica do padre, do religioso ou do leigo, quer na maneira de conceber pessoalmente a vida sacramental, quer no modo de tratar desse assunto na catequese.

Enfim, o livro de Ruiz de Copegui será também de grande utilidade para o teólogo que tem a missão, não de conservar a teologia num plano puramente intelectualista, mas de espiritualizá-la, ou seja: colocá-la realmente a serviço da Igreja, a serviço da vida catequética e sacramental do Povo de Deus.

Expedito Nascimento, S. J.

VALSECCHI, Ambrogio — Nuevos caminos de la ética sexual, tradução do original italiano por Alfonso Ortiz (Col. Nueva Alianza, n.º 63), 160 pp., 13 x 21 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, Espanha, 1974.

Poucos são os campos da moral onde a produção literária dos últimos anos atingiu o volume da dedicada à ética sexual. E, em geral, com um certo afã revisionista. VALSECCHI é consciente das dificuldades que esse afã apresenta. Por isso, não pretende dar-nos um manual completo, mas apenas algumas reflexões à maneira de ensaio. O seu princípio metodológico inicial é o da situação de toda ética num horizonte cultural. Daí a atenção para a "cultura sexual" em que hoje estamos imersos e que vive no nosso ambiente. Desse modo, pretende estruturar a ética sexual na linguagem comum, fazendo-a compreensível aos homens do nosso tempo. É assim que constrói o seu sistema, baseado principalmente nos conteúdos sócio-antropológicos da atual cultura sexual. As suas conclusões não são tão absolutamente divergentes das dos manuais clássicos como se poderia

pensar. Em alguns pontos — por exemplo, na análise dos significados fundamentais da sexualidade —, abre horizontes e perspectivas que são verdadeiros aprofundamentos dos dados que a tradição cristã foi acumulando através dos séculos. Contudo, quando, nos capítulos quarto e quinto, se adentra nas problemáticas operativas, parece-nos que perde um pouco de vista os grandes horizontes e se encerra na perspectiva individualista, que anteriormente rejeitara de modo magistral. Pelo caráter de provisoriedade das suas conclusões — em alguns casos, pela sua falta de conclusões —, cremos que este livro não se pode apresentar como um manual para a prática, mas como uma base para a discussão e a elaboração posterior. Como muito bem adverte Tullio Goffi, no prólogo à obra de VALSECCHI, "enquanto não estiver elaborada a nova estruturação da ética cristã,

o nosso dever é respeitar a apresentação da ética tradicional, sem destruí-la”.

O maior reparo que se pode levantar à obra em apreço é a sua formulação metodológica. Se é verdade que “a história dos homens, esquadrihada com humildade e seriedade, não contradiz, antes revela a vontade de Deus”, não é menos certo que essa revelação não segue uma linha de simples

afirmação, mas de confronto dialético entre valores e anti-valores. Por isso, a “cultura sexual” dos nossos tempos deveria ser mais diretamente confrontada com a palavra bíblica e com a tradição moral cristã, redimensionadas, sim, no respectivo quadro cultural, mas reveladoras de valores a serem aprofundados e vividos mais intensamente em cada época.

J. Hortal, S. J.

Instituto Superior de Catequética de Nimega: **Bases para una nueva catequesis**, tradução de Manfred Nolte (Col. Nueva Alianza 48), 306 pp., 21 x 14 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1973.

Conforme o prólogo, os bispos holandeses pediram a este Instituto “la tarea de revisar el conjunto de la catequesis escolar” (p. 9). Al está a sua raiz. A primeira parte, traz as BASES para a renovação da catequese escolar. É preciso notar: a preocupação é escolar e com a “população jovem” da Holanda, o que é uma riqueza, ao mesmo tempo que limitação. Apresenta, comparando historicamente, alguns rasgos característicos do quadro antropológico de nossa época (p. 18), ao mesmo tempo que uma reflexão sobre o “ser” da ação pastoral, enquanto a visualiza como presença da revelação de Deus à cata de acolhimento do homem. Como se refere à educação da fé de adolescentes, faz um apanhado da evolução juvenil, mostrando a necessidade de encarnar a “proposta”. Mostra, então, a importância da escola e lar na educação da fé, apresentando como deve ser uma estratégia da pedagogia catequética na escola. Para o Instituto, a maior dificuldade de renovação da catequese não é externa, mas interna: é questão de uma mudança cultural (p. 19). Por isso, se acha que, devido à subjetividade, a revelação como “proposta” hoje deve ser assumida fortemente (p. 48). Postula também uma visão unitária, fazendo da catequese um momento da ação pastoral de educação da fé, sendo que esta também

deve estar “presa” na educação global (p. 50.67). A catequese surgirá, pois, como iluminação da existência no Mistério do Cristo (p. 78), lembrando que o caminho para Deus na Idade Média foi a natureza, e hoje se torna mais viável o caminho dos homens (p. 89). Algumas considerações teológicas, p. ex., a questão do Cristo-Cabeça (p. 34), precisariam levar mais a sério as constatações culturais das p. 20-28. No trabalho da educação da fé, o catequista surgirá como testemunha de Cristo, com um comportamento radicalmente humano e sem medo de afrontamento de problemas fundamentais (p. 93.99.101). Por isso, nesta catequese de hoje, o ponto-de-partida são os catequizandos (p. 110). A segunda parte apresenta um programa, conforme as bases da parte I, para os 6 anos do curso primário holandês, com três critérios, aliás válidos também para a 3.^a parte: temas propostos pelos alunos, acontecimentos que dizem respeito aos alunos, temas escolhidos a partir da própria visão global da “revelação” (p. 139). Tal programa, para ser executado, precisa ter um mesmo grupo. Talvez a Holanda possibilite isso! Na terceira parte, vem o programa para o ensino médio, fazendo aplicação dos princípios exarados na primeira parte. A mesma observação que emiti quanto à segunda parte vale

aqui também, acrescida de uma "apoliticidade" muito grande. Pelo menos, não dá para ver claramente uma fé que seja "crisis" do mundo construído pelos homens. Termina o livro com uma aplicação das bases para uma renovação cate-

quética na Espanha. O livro poderia ser muito menor, e dizer o que disse, pois não apresenta novidade. No entanto, é válido para os pastores e catequistas na primeira parte.

José Martins Carvalho

QUOIST, Michel: Jesus Cristo marcou encontro comigo.
Tradução do original francês por Frei Eliseu Lopes, O. P.;
186 pp., Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1974.

"O verdadeiro Jesus Cristo nos espera na vida...". Com esta afirmação o conhecido escritor, Pe. Michel Quoist, inicia sua última publicação. É precisamente desse Cristo, que se deixa apalpar, por ser a Revelação do Pai, que Michel Quoist discorre no seu livro. São 26 capítulos breves, porém profundos, em que se retratam as experiências de tantos que, ao longo do seu dia-a-dia, encontram, numa atitude de fé e de amor, a esse Cristo que, infelizmente, ainda permanece, entre muitos cristãos, como o desconhecido.

O autor faz refletir sobre o fato da presença do cristão hoje numa sociedade tecnocrática e secularizada, no seio da qual, porém, é notória a ânsia de salvação, o que se constitui num verdadeiro desafio para a sua missão. Essa salvação, afirma o autor ao longo de seu livro, não se encontra num nível puramente horizontal, mas, em sua dimensão mais profunda, consiste exatamente no revelar a Jesus Cristo vivo entre esta mesma sociedade.

Na sua experiência de sacerdote entre o operariado e a juventude na França, não são poucos os que descobrem esse Cristo e passam a viver com ele, num diálogo pessoal na intimidade de seus corações, concretizando no testemunho da própria vida. Porque, na verdade, o Cristo ressuscitado está aí e o que quer é deixar-se descobrir como a matéria-prima da Revolução por que tantos anseiam, diante de um mundo oprimido e opressor, mas que, para se tornar autêntica, não se fará sem Deus.

Michel Quoist nos apresenta para a reflexão um Cristo que, após ter ele mesmo encontrado, levou muitos, sobretudo jovens, a encontrar-se também com ele.

Em suas páginas vamos encontrar não um Cristo produzido pelo sentimento ou pelo "espiritualista", mas um Cristo que, antes de tudo, interpela, exige: "Sim, sim! Não, não!" Numa exigência de amor concreto, encarnado. Um amor, diz o autor, que é "traduzido nos fatos pelo dom aos outros, mesmo ao preço de incompreensões e perseguições..." (p. 16). Um Cristo que se deixa encontrar e amar no outro e quer continuar amando o outro através de nós cristãos, em quem ou onde quer que se pressinta que ele mesmo aí tem fome, sede, ou é injustiçado. Um amor fato e não palavra. Assim, por exemplo, o "estive preso e me foste visitar" significa, além disso, também "combater tudo aquilo que aprisiona o homem" (p. 18).

Em suma, o Cristo está a toda hora me interpelando para o desempenho de minha missão, a partir, por exemplo, da própria leitura do jornal diário. E o autor acrescenta que, como cristão, não posso lê-lo superficialmente e sim com uma atitude reflexiva, o que virá me alertar ainda mais para o meu compromisso batismal, frente aos males que afligem o mundo.

Diante de um mundo egoísta, de sorriso puramente comercial, de violência, de problemas de ordem moral os mais diversos, surge, mais atual do que nunca, o grito de João Batista: "no meio de vocês está alguém que vocês não conhecem"

(Jo 1, 26). E acrescentamos o do próprio Cristo Jesus: "Ah! se conhecêsseis o dom de Deus...!" (Jo 4, 10).

Enquanto esse Cristo não for descoberto pelos homens — e o apontá-lo com a palavra e com a vida para fazê-lo percebido é missão do cristão — o progresso humano ou social da humanidade será sempre parcial. Em seguida, passe a exemplificar essa verdade com fatos de que em países, como os Estados Unidos e a Suécia, onde muitos problemas sociais foram "aparentemente resolvidos", mas nos quais se percebe uma insatisfação e uma angústia tais, motivadas pela falta de sentido do todo da vida. O homem está assim à procura de uma razão de viver.

Enfim, como pessoas ligadas à reflexão teológica ou que trabalhamos com grupos de reflexão cristã, temos a certeza de que "Jesus Cristo marcou encontro comigo" muito nos poderia ajudar.

Não queremos dizer que não estejamos conscientizados de que o mundo de hoje tem carência de libertação. Disso estamos todos de acordo. Entretanto, como cristãos que refletem a mensagem revelada, pode nos faltar, não raras vezes, a convicção e a esperança de que a própria salvação e libertação do homem está nesse dom, gratuito de Deus mesmo que se dá, na pessoa de seu Filho ressuscitado, que anseia para que "todos tenham a vida e a tenham em plenitude".

E. Nascimento Filho, S. J.

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL (Joinville, SC): Catecumenato crismal, 144 pp., 21 x 13,5 cm, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1973.

Este é um livro diferente: um verdadeiro presente da Igreja de Joinville a suas Igrejas irmãs do resto do Brasil. Como iniciativa pioneira e valiosíssima de uma diocese, é verdadeiro "sinal dos tempos". Um livro nascido da prática do "catecumenato crismal", um livro eminentemente prático. Apresenta-nos uma série de 28 esquemas para lições em preparação à crisma. As lições estão divididas em três grupos de extensão desigual: evangelização, formação doutrinária, engajamento apostólico.

A primeira parte fala do homem, dos valores humanos (corpo, liberdade, autenticidade, amizade) e dos valores terrestres (progresso, socialização, sofrimento, felicidade). A primeira vista poderia causar estranheza o título de "Evangelização", quando parece falar só do humano. Mas o leitor é esclarecido do porquê desse título. Evangelizar "é falar sobre Deus numa linguagem que o homem entenda, e a partir das coisas que ele conhece. Assim como fazia Cristo nas parábolas" (10). A necessidade de tal evangelização" mostra-se na expe-

riência: "O que é que adianta falar a eles [os crismandos] sobre o amor da SS. Trindade, quando eles mesmos não sabem, nem sequer em campo humano, o que é amar, com amor verdadeiro e puro?" (10-11).

A parte de formação doutrinária tem como idéia central a aliança, na qual o cristão é convidado a engajar-se (para o que é iniciado na terceira parte).

No final há sugestões para celebrações preparatórias à crisma e para o comentário da missa do Espírito Santo. A última página é um convite ao adolescente para pensar sua vocação diante de Deus.

Cada esquema de lição é dividido em oito itens: leitura bíblica, idéia principal, material, mensagem, atividades, oração, atitude de vida, canto. Muitos desses itens se destinam à preparação do catequista. Sob o item "Mensagem", está propriamente o roteiro a ser seguido na catequese. Conforme seus dons pedagógicos e didáticos, o catequista empregará, no momento apropriado, os diversos recursos indicados.

Esta apresentação já mostra todo o valor deste livrinho. Oxalá muitas outras dioceses seguissem o exemplo de Joinville. O recenseador aplaude, pois, a obra do Secretariado Diocesano de Pastoral, mas tem um reparo a fazer que, no entanto, não depõe contra o todo da obra. Trata-se da concepção de crisma que está subjacente ao livrinho. "A Crisma é o sacramento da maturidade cristã" (9) é a primeira frase do livro. "A Crisma nos faz cristãos adultos" (99) se intitula a lição que versa explicitamente sobre o sacramento em questão. Afirmções semelhantes são freqüentes. O recenseador julga que tal conceito de crisma desvaloriza o ba-

tismo. Se a crisma é o sacramento do adulto, não fica o batismo reduzido a sacramento das crianças? Mas com isso se toma como padrão o batismo infantil e a separação cronológica dos dois primeiros sacramentos, o que não constitui a feição original do sacramento. Que essa observação, cuja brevidade se justifica no contexto de uma recensão, ajude os autores do livrinho a refletir sobre a crisma, tendo em vista uma futura edição, enriquecida por ulterior experiência pastoral. O recenseador deseja sinceramente futuras reedições, pois é um livro de grande valor catequético e pastoral.

Francisco Taborda

BOROS, Ladislaus: Encontro com Deus no Homem. Traduzido do original alemão por Jesús Hortal, S. J.; 154 pp., 21 x 14 cm, Ed. Loyola, São Paulo, 1974.

Trata-se de um livro desconcertante, como todas as obras de Boros. Este jovem teólogo revolucionou pela sua forma de colocar as questões tradicionais. Boros não é apenas um teólogo de pensamento, mas sobretudo um homem místico. Assim sendo, tantos livros e tantos artigos são escritos diariamente sobre a teologia do "Encontro", faltava a palavra controvertida de Boros, e aí está. Esse livro não é apenas o que o homem é, mas sobretudo o que ele deve ser. O seu título é mais um convite de busca ao encontro que propriamente nossa situação concreta. Contudo, é na análise antropológica que Boros busca os vestígios de Deus, no coração humano.

Esse livro mais do que discursos cansativos, e intrincadas reflexões, são simples meditações acerca do fenômeno humano, Boros percebe na grandeza da veracidade o homem luminoso que se contrapõe àquele homem que vegeta sua existência, vazio de toda a ternura. Essa veracidade transparente vem de Deus.

Medita sobre o respeito para com o irmão, o respeito para consigo e o respeito para com Deus. Na pro-

funda percepção mística Boros descobre no meu respeito, o respeito de Deus para com o homem.

Medita sobre a veneração do próximo, de nós, de Deus. Perambula pela alegria cuja fonte radical é o Senhor. Passela nos campos da amizade, onde se dá o encontro máximo de comunhão de Deus com os homens — a Graça. Detém-se demoradamente na consideração do Amor. Ali, o homem é interpelado e apelado definitivamente. É ali, onde o homem é seduzido e arrastado à aventura sempre renovada da descoberta do outro.

Da angústia, diz Boros, é necessário descobrir a magnanimidade que nos liberta das amarguras, da pequenez e da estreiteza do coração.

A sinceridade não é senão o ceo da verdade transparente e fundamental que surge e se revela como a castidade essencial do coração.

Por último, a meditação de Boros sobre a Humildade. É nela que Deus assume, simultaneamente, as trevas e a Luz, o silêncio e a palavra, a grandeza e a pequenez. Ali, se produz a paz de Deus, que, paradoxalmente, intranqüiliza o coração humano. A Paz é pureza de

Deus que julga a impureza do homem. É a coexistência da riqueza e pobreza que subsistem em Deus mesmo.

Boros é o mestre das antinomias. Por isso mesmo é o mestre da leitura do coração humano. Assim nosso autor abre um itinerário, uma via para uma ascese autenti-

camente realizadora do homem, como resposta ao apelo de Deus. Este Deus que chama a cada pessoa para um encontro com Ele, não fora do mundo, mas no mundo, e no mais íntimo do coração de nossos irmãos e nossos.

Luiz Augusto Passos